

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 3 | Março 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Março de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 20 de Março.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	1
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	18
Destaques	25
Portugal no último ECOFIN - Programa de Estabilidade Português	27
Artigos	29
Em Análise	31
Evolução da Taxa de Crescimento das Saídas de Mercadorias Portuguesas face à Receptividade dos Mercados	31
Balança de Bens e Serviços e Termos de Troca	42
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
Abreviaturas Utilizadas	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Os dados relativos ao início do ano para a generalidade das economias mundiais apontam para a continuação da tendência desfavorável na actividade económica.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para os dois primeiros meses do ano sugerem a continuação da quebra da actividade económica, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho, à produção industrial e às exportações. Em Fevereiro, a taxa de desemprego subiu para 8,1% (7,6% em Janeiro).
- * No conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro, os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) continuaram a diminuir, tendo atingindo os valores mais baixos da série. A taxa de desemprego da área do euro voltou a aumentar em Janeiro para 8,2% (8,1% no mês precedente), e a taxa de inflação subiu ligeiramente para 1,2% em Fevereiro (+0,1p.p. que no mês precedente).
- * As taxas de juro a 3 meses apresentaram comportamentos distintos na área do euro e nos EUA. Assim, enquanto na área do euro prosseguiu a tendência descendente, nos EUA assistiu-se a uma estabilização desse movimento.
- * Em termos médios, considerando o período que medeia desde o início do ano até 20 de Março, o preço *spot* do petróleo *Brent* registou uma relativa estabilização face ao final de 2008, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 20, apresentado um valor de 45 USD/bbl (35 €/bbl) ligeiramente abaixo do valor do início do ano.

Conjuntura Nacional

- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo ao conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro, voltou a apresentar uma quebra significativa, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários na generalidade dos sectores e dos consumidores.
- * Os dados quantitativos referentes ao mês de Janeiro, apontam para o acentuar da quebra da produção, nomeadamente na indústria e construção.
- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, no 4.º trimestre, o PIB registou uma quebra homóloga de 1,8%, em resultado sobretudo de um comportamento desfavorável do investimento e das exportações.
- * Em Fevereiro, os dados relativos ao Consumo Privado e ao Investimento mostram a continuação da tendência desfavorável.
- * Também em Fevereiro, a taxa de inflação homóloga foi de 0,1%, igual ao mês anterior, situando-se 1,1 p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * Até Fevereiro, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 907 milhões de euros, revelando um agravamento de 834 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 643,4 milhões de euros, representando um agravamento de 907 milhões de euros face ao verificado no período homólogo de 2008. No mesmo período, a Segurança Social registou um excedente orçamental de 605,7 milhões de euros, revelando uma redução de 89 milhões de euros face ao mesmo período de 2008, e os Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) apresentaram igualmente um excedente de

713 milhões de euros, observando-se uma melhoria de 62 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

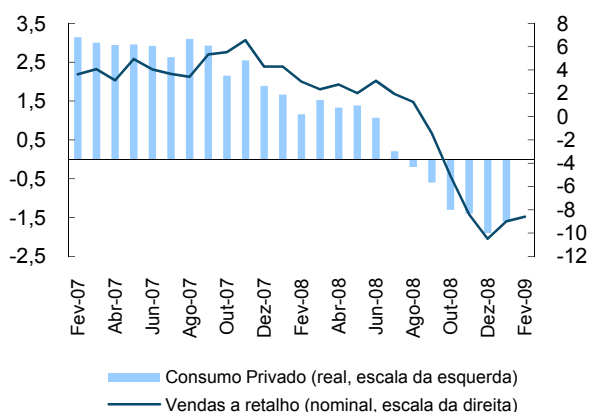
- * No período de Janeiro a Dezembro de 2008, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 0,4%, tendo as entradas aumentado 3,7%. Nos últimos 3 meses (Outubro a Dezembro), as saídas acusaram uma descida de 10,6%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 5,6% face ao período homólogo anterior.
- * Segundo dados já disponíveis para *Janeiro de 2009 relativos ao comércio extracomunitário*, as exportações para os países terceiros, terão aumentado 10,3% e as importações 10,0%.
- * Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias em 2008, em termos de mercados de destino, couberam a Angola (157,4%), Singapura (42,1%) e ao conjunto dos países do alargamento (34,7%).
- * No período de Janeiro a Dezembro de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 2,3% em termos homólogos. Desse crescimento, 76,5% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- * Das quatro rubricas que revelaram crescimentos homólogos de dois dígitos nas “exportações” de Bens e Serviços, duas pertencem à área dos Serviços: “Informação e Informática” (+24,4%), e “Outros Fornecimentos por Empresas” (+10,2%) “Construção” (+14,3%), serviços de “Natureza pessoal, cultural e recreativa” (+13,2%), “Seguros” (12,5%), “Transportes” (+11,3%). Entre os grupos de produtos destacaram-se os “Energéticos” (+30,3%), com o maior acréscimo no conjunto dos Bens e Serviços, e os “Agro-alimentares” (+13,2%).
- * No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os grupos de produtos “Energéticos” (32,7%), os serviços de “Transportes” (32,6%), o grupo de produtos “Agro-alimentares” (29,5%), e os serviços “Outros fornecimentos por empresas” (26,5%) e “Viagens e Turismo” (10,1%).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Em Março, a perspectiva de recessão económica mundial para este ano acentuou-se, fruto da ampliação da crise financeira internacional. A taxa de inflação apresentou uma diminuição acentuada no início do ano, reflectindo o enfraquecimento da procura mundial, a deterioração do mercado de trabalho e a quebra dos preços das matérias-primas. Os indicadores disponíveis para os **EUA** indicam a continuação do enfraquecimento da actividade económica e o agravamento da taxa de desemprego.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

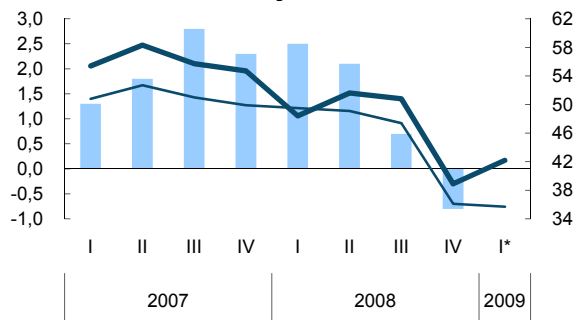


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

De facto, nos primeiros meses do ano, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 8,8% em termos nominais no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (-8% no 4º trimestre de 2008) e o consumo privado caiu, em Janeiro, pelo 6º mês consecutivo;
- a produção industrial decresceu 10,6% nos dois primeiros meses do ano (-6,1% no 4º trimestre de 2008) e o indicador de confiança da indústria transformadora prosseguiu a tendência descendente;
- as exportações registaram um decréscimo de 16% em termos nominais, em Janeiro (-9,3% em Dezembro de 2008);
- a taxa de desemprego subiu para 8,1% em Fevereiro, o valor mais elevado desde Dezembro de 1983 e o emprego apresentou uma diminuição acentuada.

Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



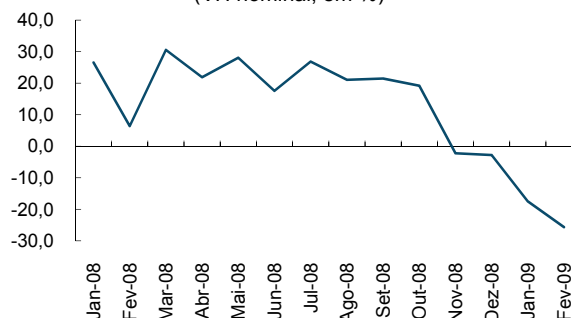
— PIB (VH, em volume, escala da esquerda)
— Índice ISM da Indústria Transformadora (em %, escala da direita)
— Índice ISM dos Serviços (em %, escala da direita)

Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.
Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade. * Média de Janeiro e Fevereiro.

A taxa de inflação homóloga manteve-se a um nível baixo, tendo aumentado para 0,2% em Fevereiro (nulo em Janeiro).

No início do ano, a actividade económica da **China** continuou a desacelerar, influenciada pela deterioração do enquadramento internacional que levou à quebra das exportações. Com efeito, estas caíram em Fevereiro, pelo 4º mês consecutivo, tendo diminuído 25,7% em termos homólogos nominais (-17,5% em Janeiro). A taxa de inflação homóloga diminuiu consideravelmente (-1,6% em Fevereiro, que compara com +1% em Janeiro).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

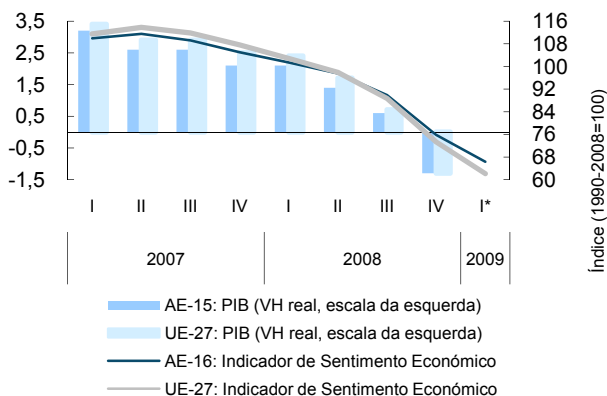
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
EUA – PIB real	VH	BEA	1,3	2,3	2,5	2,1	0,7	-0,8	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-1,8	2,1	1,8	0,2	-3,0	-6,1	-5,9	-8,2	-10,1	-11,2
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,5	49,9	49,5	49,1	47,4	36,1	36,6	32,9	35,6	35,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,4	54,7	48,4	51,6	50,8	38,9	33,3	38,9	44,2	40,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	77,5	72,9	59,6	64,8	57,7	55,3	60,1	61,2	56,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	4,8	4,9	5,4	6,1	6,9	6,8	7,2	7,6	8,1
China – PIB real	VH	NBSC	9,0	11,2	10,6	10,1	9,0	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	22,2	21,2	22,5	23,2	4,7	-2,2	-2,8	-17,5	-25,7
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	2,2	1,4	0,6	-0,2	-4,6	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro, o indicador de sentimento económico apresentou uma deterioração expressiva tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), tendo diminuído para o valor mais baixo da série (desde 1985). Para este resultado contribuiu a diminuição de todos os indicadores de confiança, salientando-se uma evolução mais desfavorável da confiança dos empresários dos serviços e da indústria transformadora.

- as vendas a retalho diminuíram 2,7% em termos reais (-2,2% em Dezembro de 2008);
- a taxa de desemprego na área do euro subiu para 8,2% (8,1% em Dezembro) e as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego continuaram a deteriorar-se para todos os sectores.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro

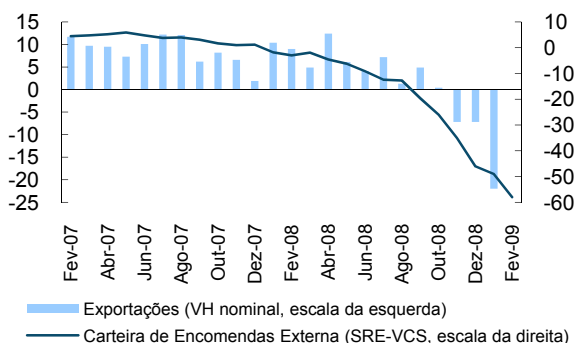


Fontes: CE; Eurostat. * Média de Janeiro e Fevereiro.

Os indicadores quantitativos disponíveis para Janeiro indicam que em termos homólogos:

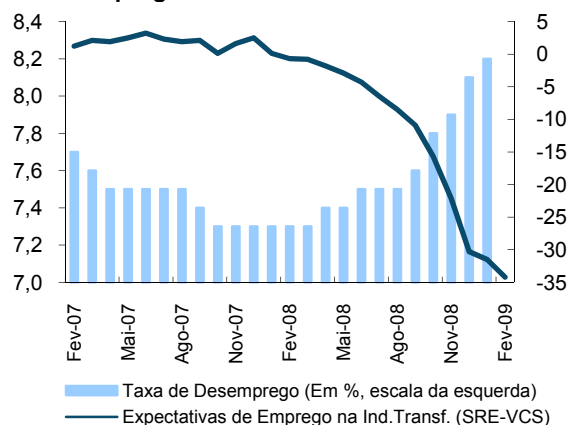
- a produção industrial registou uma quebra acentuada, de 11,5% em Dezembro de 2008 para 16,3%;
- as exportações diminuíram 22% em termos nominais (-7,2% em Dezembro);

Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externa da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Fevereiro, a taxa de inflação da área do euro subiu ligeiramente para 1,2% em termos homólogos (1,1% em Janeiro) mas tornou a diminuir para 2,9% em termos de variação média dos últimos 12 meses (3,1% em Janeiro). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados, diminuiu para 1,7% (1,8% em Janeiro).

Na área do euro, os custos horários do trabalho do total da economia (excluindo os sectores da Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades) desaceleraram para 3,8% em termos homólogos nominais no 4º trimestre de 2008 (4,2% no 3.º trimestre).

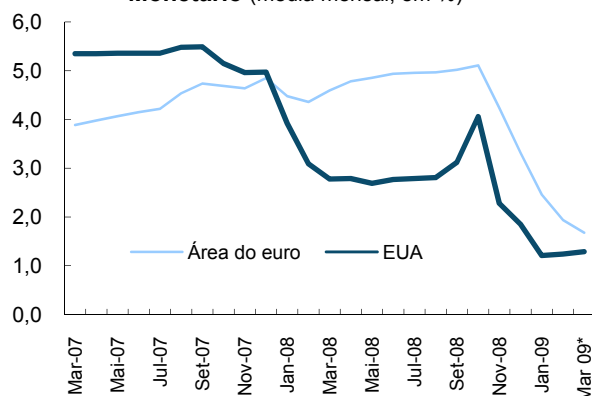
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	0,9	2,5	2,4	1,7	0,7	-1,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	107,6	102,8	97,9	88,7	73,3	73,5	66,6	63,2	61,0
Área do Euro (AE-15) – PIB real	VH	Eurostat	0,8	2,1	2,1	1,4	0,6	-1,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,1	105,0	101,4	97,5	89,9	75,8	76,8	68,9	67,2	65,4
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,5	3,4	3,4	1,2	-1,8	-8,8	-8,7	-11,5	-16,3	-
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,9	0,2	0,6	-0,8	-1,3	-2,2	-2,1	-2,2	-2,7	-
Taxa de Desemprego	%	"	7,6	7,3	7,3	7,4	7,5	7,9	7,8	8,1	8,2	-
IHPC	VH	"	3,3	2,9	3,4	3,6	3,8	2,3	2,1	1,6	1,1	1,2

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

A persistência da crise financeira internacional e a redução das expectativas de inflação levaram ao prosseguimento da redução das taxas de juro de referência. A 5 de Março, o Banco de Inglaterra e o BCE desceram-nas para 0,5% e 1,5%, respectivamente. As taxas de juro de curto prazo na área do euro continuaram a diminuir em Março, situando-se abaixo dos 1,6% nos dias 19 e 20; enquanto nos EUA a taxa *Libor* tem estado estabilizada.

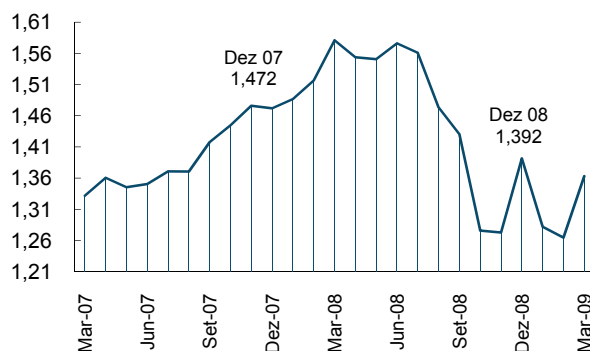
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 20.

Em Fevereiro, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto nos EUA como na área do euro, reflectindo, em parte, o aumento da incerteza acerca da evolução das taxas de rendibilidade das obrigações.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

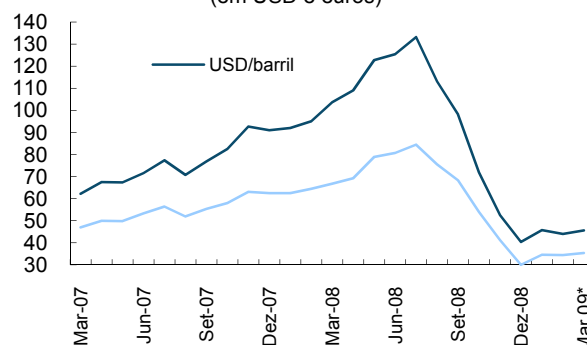


Fonte: Banco de Portugal. Para Março, o valor é do dia 20.

Após uma depreciação significativa do euro face ao dólar nos dois primeiros meses do ano, assistiu-se no decurso do mês de Março a uma inversão desta tendência tendo atingido, no dia 20, o valor de 1,36 representando uma apreciação de 7,8% face ao final do mês de Fevereiro.

Em Março e até dia 20, o preço do petróleo *Brent* subiu ligeiramente, em termos médios, para cerca de 45,6 USD/bbl (35,4 €/bbl), contudo nos últimos dias, tem havido um movimento ascendente, ultrapassando os 50 USD/bbl.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 20.

O preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 28% em termos homólogos no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (-18% no 4º trimestre de 2008). Este decréscimo foi mais acentuado para os preços de metais, produtos industriais e agrícolas.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008				2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	4,69	4,73	4,95	5,28	2,93	3,85	2,93	2,09	1,83
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,65	4,26	3,65	3,87	3,85	3,24	3,52	2,42	2,49	2,86
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,30	4,34	4,12	4,50	4,55	4,04	4,09	3,72	3,86	3,91
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,392	1,472	1,581	1,576	1,430	1,392	1,273	1,392	1,282	1,264
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-4,5	-7,6	-7,4	-4,4	-19,1	-5,4	-0,6	-8,8	-11,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	0,4	-17,5	-7,6	-9,4	-19,4	-6,2	0,7	-8,6	-11,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,43	88,70	96,91	119,07	114,80	54,93	52,54	40,35	45,73	43,97
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	32,9	48,6	67,8	73,1	53,1	-38,1	-43,3	-55,7	-50,3	-53,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	22,7	32,3	46,6	49,5	39,5	-31,8	-34,6	-52,0	-44,7	-46,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	73,5	60,0	64,5	77,1	76,4	41,7	38,6	28,1	28,3	32,6

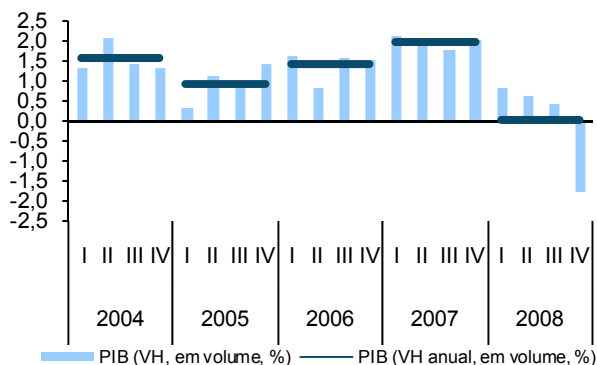
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent do mês de Janeiro corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Actividade económica e Oferta

No 4.º trimestre, as Contas Nacionais Trimestrais (CNT) do INE revelam uma queda real do PIB de 1,8% em termos homólogos. Para essa evolução, o consumo privado contribuiu com +0,8 p.p., o investimento com -2,0 p.p. e as exportações líquidas com -0,5 p.p. Em 2008, o PIB teve uma taxa de variação real nula (+1,9% em 2007).

Figura 2.1. PIB

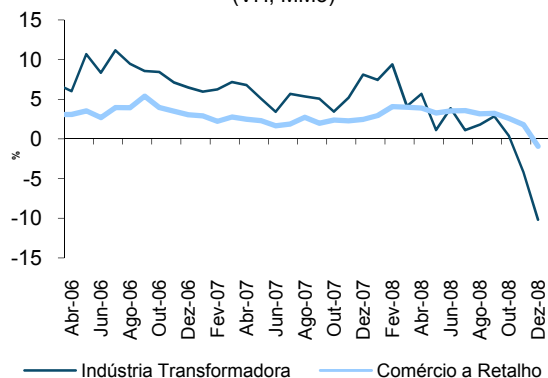


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis sugerem um agravamento da actividade económica em Janeiro na indústria, comércio e construção. Assim, e em termos homólogos:

- na indústria transformadora os índices de produção e de volume de negócios registaram uma quebra de 20,2% e 22,2%, respectivamente;
- na construção e obras públicas, o índice de produção caiu 6,9%;
- no comércio a retalho, o índice de volume de negócios caiu 2,3%.

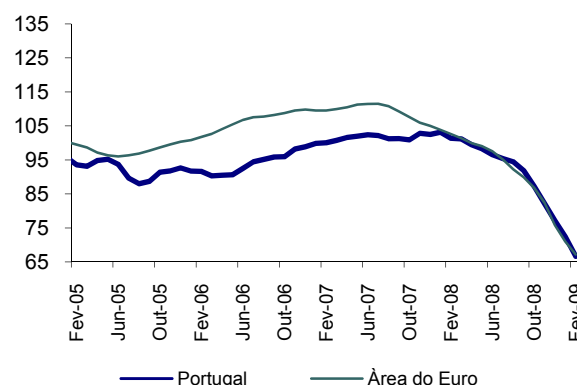
Figura 2.2. Volume de Negócios (VH, MM3)



Fonte: INE.

A evolução recente do sentimento económico na área do euro e em Portugal é similar tendo ambas estas séries, em Fevereiro de 2009, atingido os valores mais baixos desde 1985 e 1987, respectivamente.

Figura 2.3. Indicador de Sentimento Económico* (MM3)



Fonte: Comissão Europeia

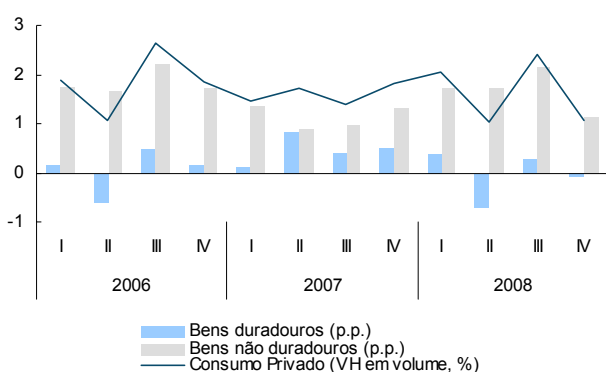
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,0	2,0	0,8	0,6	0,4	-1,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	102,5	101,2	96,5	91,9	77,1	80,0	78,4	72,9	65,8
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-16	-6	-2	-1	-2	-2	-28	-34	-35	-36
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-9	-6	-6	-6	-7	-6	-16	-19	-18	-21
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-7	8	7	9	9	12	-6	-7	-21	-25
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-52	-49	-44	-41	-39	-43	-47	-49	-48	-49
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,3	-1,0	-1,5	-2,8	-3,2	-8,4	-7,1	-11,2	-20,2	-
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	2,9	8,1	4,1	3,9	2,8	-10,2	-13,4	-13,9	-22,2	-
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,4	6,2	3,1	1,5	2,5	-5,3	-8,0	-6,3	-	-

Consumo Privado

De acordo com os dados do INE, no 4º trimestre de 2008 o crescimento homólogo real do consumo privado abrandou para 1,1% (2,4% no 3º trimestre), tendo inclusivamente sido observada uma quebra homóloga de 0,7% na categoria dos bens duradouros. Nos bens não duradouros, por outro lado, registou-se um crescimento homólogo de 1,3%, apesar de ser também visível um abrandamento face ao trimestre precedente (2,5%). No conjunto do ano o crescimento real do consumo privado foi de 1,6%, mantendo-se inalterado face a 2007.

Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos



Fonte: INE.

O índice do volume de negócios registou, em Janeiro, um crescimento homólogo de 0,1%, invertendo a forte quebra do mês anterior (-4,7%). Os bens alimentares evidenciaram uma variação homóloga de 3,3%, mas no segmento dos bens não alimentares voltou a registar-se uma quebra homóloga (-2,3%), embora menor do que aquela que ocorreu em Dezembro (-7,3%).

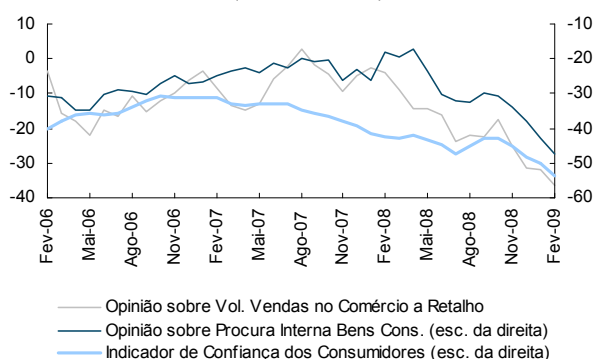
Em Fevereiro, as opiniões dos empresários evoluíram desfavoravelmente, quer no que toca à avaliação da procura interna de bens de consumos produzidos pela indústria transformadora, quer no que diz respeito à apreciação do nível de actividade no comércio a retalho. No mesmo mês, a confiança dos consumidores continuou a apresentar uma deterioração, reflectindo, sobretudo, uma degradação das perspectivas para a situação económica do país e para a evolução do desemprego.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,6	1,8	2,1	1,0	2,4	1,1	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-45	-39	-43	-45	-43	-48	-48	-49	-54	-60
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-5	-9	-16	-22	-31	-34	-41	-21	-47
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0,3	0,0	1,3	0,7	0,1	-1,0	1,1	-4,7	0,1	:
Bens alimentares	VH	"	2,8	-1,4	2,8	2,2	3,5	2,7	4,0	-1,4	3,3	:
Bens não alimentares	VH	"	-1,7	1,1	0,1	-0,6	-2,5	-3,9	-1,3	-7,3	-2,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	10,3	11,7	1,9	0,9	9,1	-3,3	37,9	-43,1	-42,6
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,8	7,3	4,2	3,6	5,4	2,2	-4,3	8,5	:	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

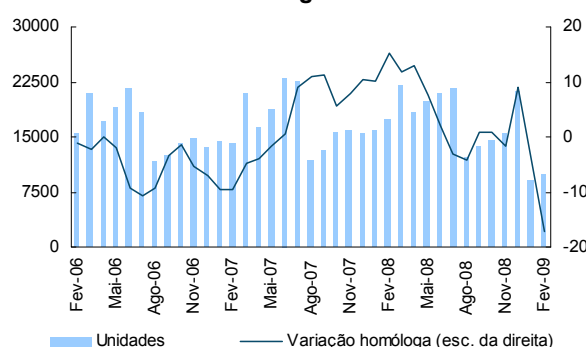
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram, em Fevereiro, uma variação homóloga negativa de 42,6%, prolongando a dinâmica que o mercado havia exibido em Janeiro. No conjunto dos dois primeiros meses de 2009 a quebra homóloga foi de -42,8%, o que contrasta com o crescimento de 9,1% registado no último trimestre de 2008.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros

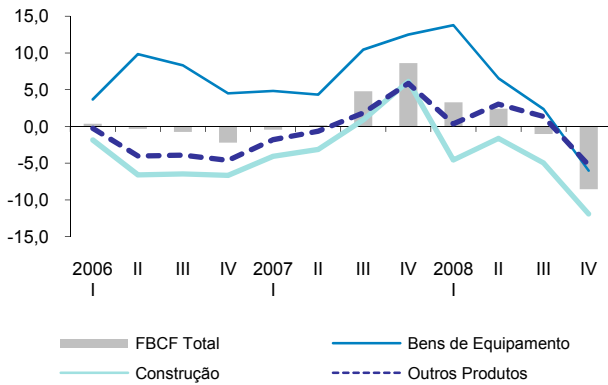


Fonte: ACAP.

Investimento

No 4.º trimestre, a FBCF apresentou uma quebra real de 8,6%, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Para este resultado concorreu a evolução desfavorável de todas as componentes do investimento e, com excepção do investimento em Agricultura, Silvicultura e Pescas as quais ainda assim apresentaram uma variação homóloga positiva, todas as outras componentes registaram quebras. É de referir que uma parte da evolução negativa do investimento é justificada pelo efeito base associado à aquisição de material aeronáutico em 2007 sem correspondência em 2008.

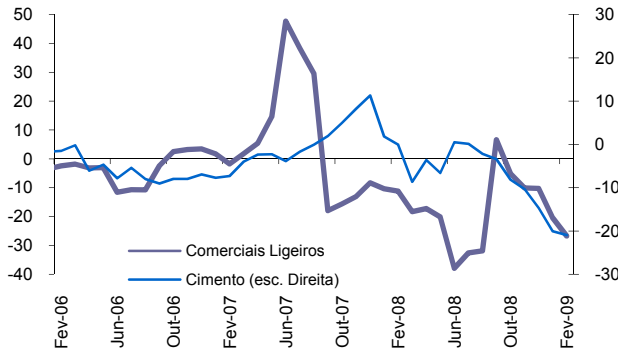
Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, preços constantes 2000)



Fonte: INE

Os dados disponíveis para o início do ano apontam para a continuação da tendência desfavorável no investimento.

Figura 2.8. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)



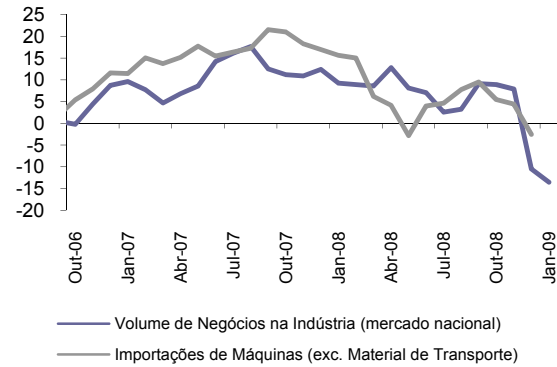
Fontes: SECIL e CIMPOR e ACAP.

Este comportamento reflecte uma evolução muito desfavorável em todas as componentes do investimento, destacando-se a forte deterioração na construção e no material de transporte.

Assim, nos meses de Janeiro e Fevereiro:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 24,2%, em termos homólogos (-14,7% no 4.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de -42% (-10,3% no 4.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso mantêm um comportamento desfavorável.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(MM3)



Fonte: INE.

Em Janeiro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma forte quebra (-18,4% em termos homólogos, que compara com -11,8% em Dezembro).

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram, no 4.º trimestre, uma quebra de 6,5% em termos homólogos (9,5% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

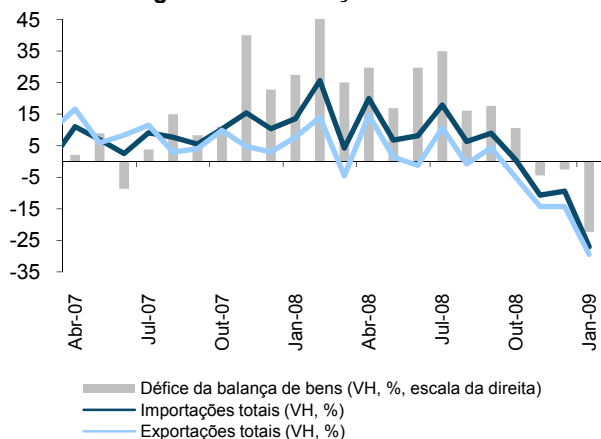
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008					2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,1	8,6	3,3	2,4	-1,0	-8,6	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,6	11,3	-8,7	0,5	-3,4	-14,7	-20,7	-14,0	-25,0	-23,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19,0	-8,3	-18,3	-38,0	6,6	-10,3	-17,7	-4,4	-45,7	-38,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-1,8	92,9	19,0	4,4	-3,3	-24,4	-46,4	-19,1	-25,0	-41,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	4	-4	-18	-21	-30	-38	-23	-29	-42
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-30,5	-8,0	-19,3	-18,1	-38,0	-47,7	-57,0	-46,7	-59,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	5,2	16,9	7,6	6,7	10,6	-2,5	-4,5	-6,5	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-3,6	21,9	11,9	10,6	-19,0	-10,5	-11,7	-11,8	-18,4	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em Janeiro, de acordo com informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS, tanto as saídas como as entradas de bens registaram quebras homólogas de 29,4% e 27%, respectivamente. No entanto, dessa evolução, reforçando a tendência dos dois meses anteriores, resultou uma quebra de 22% do défice da balança de bens.

Figura 2.10. Balança de Bens

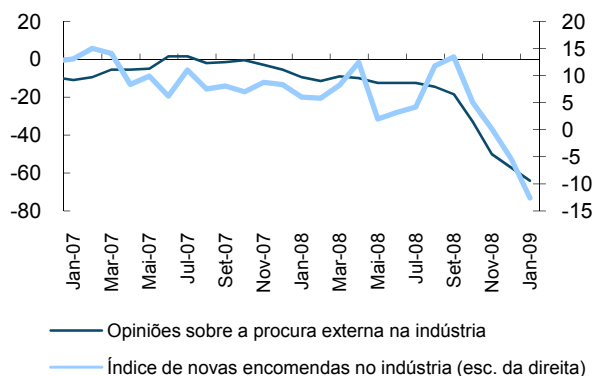


Fonte: INE. Nota: Em Janeiro incorpora informação do SDDS.

No trimestre terminado em Janeiro, tanto as exportações intra-comunitárias como as extra-comunitárias, registaram quebras de 24% e 19,7% em termos homólogos, respectivamente. As importações intra-comunitárias e extra-comunitárias caíram também 16,8% e 19,7% no mesmo período.

O agravamento das opiniões sobre procura externa na indústria e do índice de novas encomendas externas na indústria, em relação ao mês anterior, sugerem que a procura externa continuará a evoluir de forma desfavorável nos próximos meses.

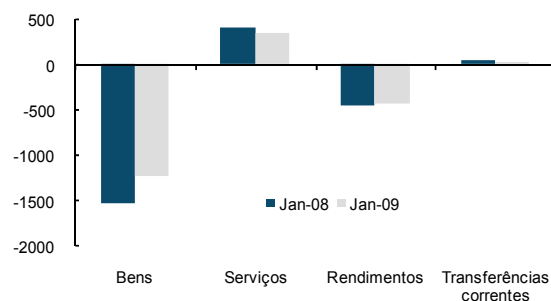
Figura 2.11. Mercado Externo: Opiniões e Índice de Novas Encomendas na Indústria
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em Janeiro de 2009, o défice da balança corrente caiu 15% em termos homólogos, essencialmente em resultado da evolução das balanças de mercadorias e de rendimentos.

Figura 2.12. Balança Corrente: Composição do Saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008			2009
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan*
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	5,4	4,1	2,2	0,8	-8,9	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	7,5	7,2	4,2	3,2	-5,9	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,4	-8,1	-9,2	-9,2	-10,4	-8,8	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-10,6	-9,5	-9,5	-10,6	-12,2	-10,0	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH nom	"	1,0	6,0	5,2	4,6	5,4	-11,0	-5,1	-14,3	-14,3	-29,4
Entradas de mercadorias	VH nom	"	7,6	12,0	14,0	11,4	11,3	-6,4	0,5	-10,7	-9,4	-27,0

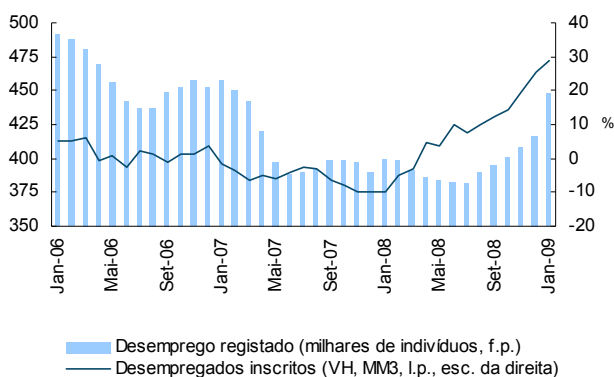
Indicador	Unidade	Fonte	2007		2008		2009	
			Janeiro	Jan-Dez	Janeiro	Jan-Dez	Janeiro	VH nom
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-353	-13 278	-1 187	-17 416	-1 155	-2,7%
Saldo Balança de Bens	"	"	-1 169	-17 475	-1 525	-21 256	-1 225	-19,7%
Saldo Balança de Serviços	"	"	316	6 415	408	6 442	332	-18,5%
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-391	-6 921	-452	-7 817	-429	-4,9%
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	328	2 607	47	2 468	27	-41,5%

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

Em Janeiro o crescimento homólogo do número de novos desempregados inscritos foi de 27,3%, abrandando face ao mês anterior (37,1% em Dezembro de 2008). No final do período o número de desempregados inscritos ascendia a cerca de 448 mil, o que representa um aumento de 32 mil face ao mês anterior e um aumento de 48 mil face a Janeiro de 2008.

Figura 2.13. Desemprego

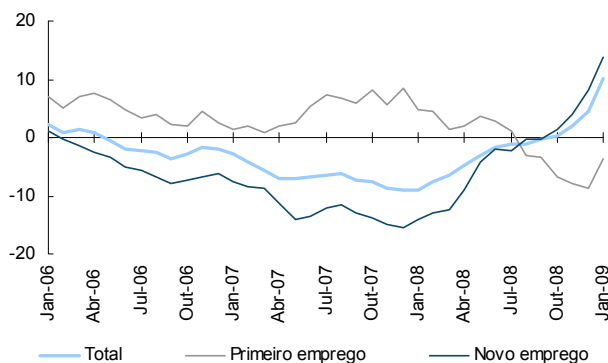


Fonte: IEFP.

No final de Janeiro, o número total de pedidos de emprego ascendia a cerca de 524 mil, mais 10% que em igual período de 2008. Este resultado reflecte um aumento dos pedidos de novo emprego (aumento de 13,7%), uma vez que nos pedidos associados à procura de primeiro emprego se registou uma diminuição homóloga de 3,7%.

Figura 2.14. Pedidos de Emprego

(fim de período, VH, %)

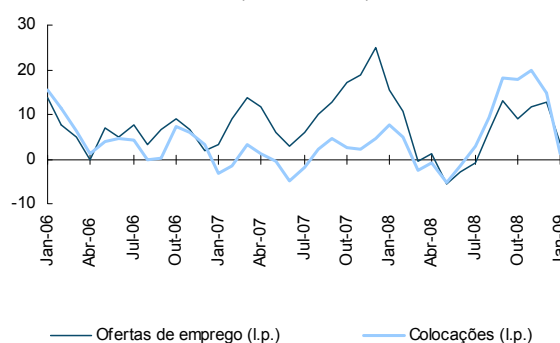


Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego e as colocações registaram, ao longo de Janeiro, diminuições homólogas consideráveis, interrompendo assim o comportamento favorável que vinham exibindo desde Julho de 2008. De facto, em termos homólogos, as ofertas de emprego registaram uma variação de -17,2% (25,7% em Dezembro) e as colocações exibiram uma contracção de 13,3% (aumento de 6,2% em Dezembro).

Figura 2.15. Ofertas e Colocações

(MM3, VH, %)



Fonte: IEFP.

Até ao final de Fevereiro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 2,6%, abrandando ligeiramente face ao mês anterior. O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 117 mil trabalhadores, o que representa uma diminuição de cerca de 23 mil face a Fevereiro de 2008.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

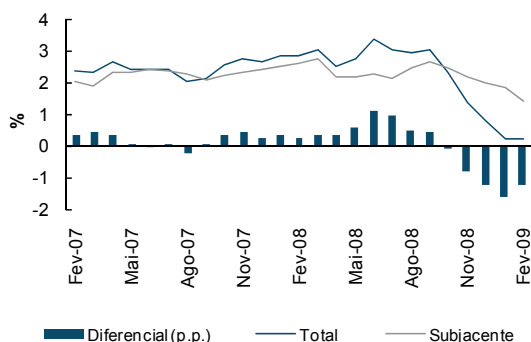
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008				2008		2009	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa de Desemprego	%	INE	7,6	7,8	7,6	7,3	7,7	7,8	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,5	0,9	1,1	1,4	-0,1	-0,2	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	6,6	-13,8	-11,4	-1,6	-0,7	6,6	2,9	6,6	12,1	:
Desempregados Inscritos (I.p.)	VH	"	11,1	-9,9	-2,9	10,1	12,4	25,6	24,8	37,1	27,3	:
Ofertas de Emprego (I.p.)	VH	"	5,5	25,1	-0,4	-2,8	13,0	12,8	12,0	25,7	-17,2	:
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	2,9	3,1	3,0	3,0	3,1	3,1	3,1	2,7	2,6
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,3	4,9	3,4	3,0	5,3	4,8	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	3,5	2,9	3,2	3,3	3,7	3,8	-	-	-	-

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; I.p. - ao longo do período.

Preços

Em Fevereiro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve-se em 0,2%, valor idêntico ao verificado no mês anterior, pese embora a evolução mais favorável do IPC subjacente, que exclui produtos alimentares não transformados e produtos energéticos, o qual caiu 0,4 p.p. para 1,4%.

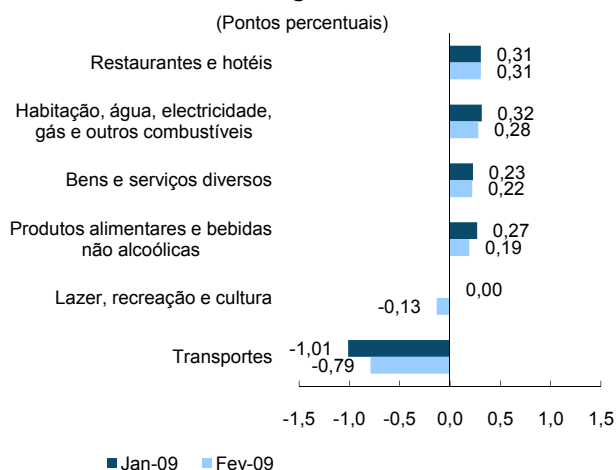
Figura 2.16. IPC Total e Subjacente
(VH, em %)



Fonte: INE.

Para a redução da taxa homóloga de variação do IPC contribuiu a queda, em termos homólogos, de 4,9% dos preços de Transporte e, em menor grau, de 2% dos preços de lazer, recreação e cultura.

Figura 2.17. Principais Contributos para a Variação Homóloga do IPC



Fonte: INE.

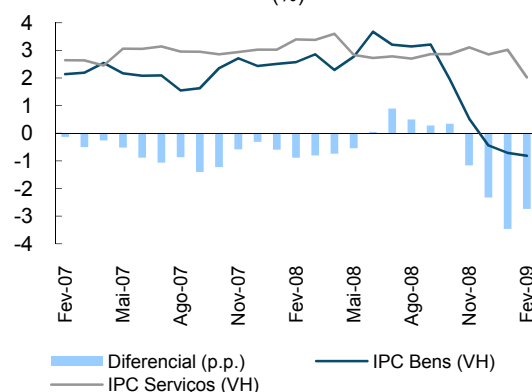
Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2008								2009**	
			Fev	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,0	0,5	-0,6	-0,5	0,5	-0,2	-0,6	-0,5	-0,7	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	2,9	3,4	3,1	3,0	3,1	2,3	1,4	0,8	0,2	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	2,7	2,7	2,8	2,9	2,9	2,7	2,6	:	:
IPC - Bens	VH	"	2,6	3,7	3,2	3,1	3,2	1,9	0,5	-0,4	-0,7	-0,8
IPC - Serviços	"	"	3,4	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1	2,9	3,0	2,0	1,8
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,6	2,3	2,1	2,5	2,7	2,5	2,2	2,0	1,8	1,4
IHPC*	"	Eurostat	2,9	3,4	3,1	3,1	3,2	2,5	1,4	0,8	0,1	0,1
Diferencial IHPC vs. área do euro (VH)	(p.p.)	Eurostat	-0,3	-0,6	-0,9	-0,7	-0,5	-0,7	-0,7	-0,8	-1,0	-1,1

* Valor preliminar* Quebra de série em Janeiro de 2009 para ano base 2008

** Quebra de série IPC para a base 2008 a partir de Janeiro de 2009; Entrada da Eslováquia na zona Euro desde Janeiro de 2009 (AE16)

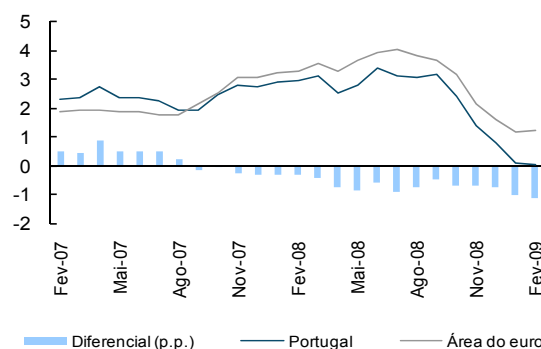
Figura 2.18. IPC Bens e Serviços
(%)



Fonte: INE.

A taxa de variação homóloga de preços dos bens caiu para -0,8%, 0,1 p.p. inferior ao valor registado em Janeiro. Nos serviços, a taxa de variação homóloga também caiu para 1,8% (2,0% em Janeiro).

Figura 2.19. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
(VH, em %)

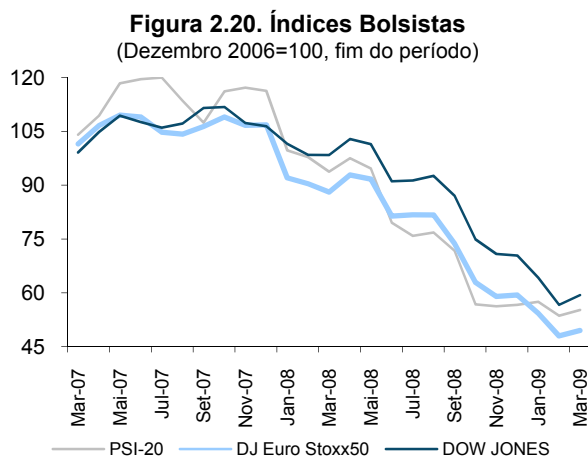


Fontes: INE e Eurostat.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor manteve-se em 0,1% no mês de Fevereiro, 1,1 p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (1,2%). Esta taxa de variação é a segunda mais baixa da área do euro a seguir ao Luxemburgo (0,0%).

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Desde o início do ano e até meados de Março, continuou a assistir-se a uma tendência descendente dos principais mercados accionistas internacionais. Este comportamento reflecte uma maior aversão ao risco por parte dos investidores num contexto de perspectivas pouco encorajadoras para a economia mundial e de renovadas preocupações quanto ao sector bancário. Em meados de Março, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram 17% e 16%, respectivamente, face ao final do ano de 2008.



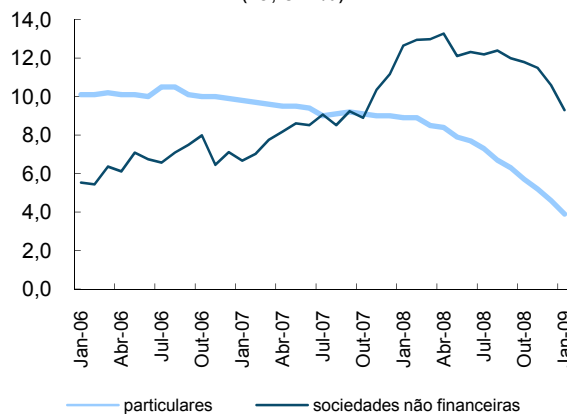
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Março, o valor é do dia 19.

O índice PSI-20 apresentou uma quebra menos acentuada, tendo no dia 19 de Março diminuído 2,5% face ao final do ano de 2008. Em Fevereiro, a capitalização bolsista total em Portugal registou uma diminuição de 1,9% face ao mês precedente, devido à forte quebra no segmento accionista

Em Janeiro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continua a aumentar embora a um ritmo inferior ao de Dezembro. Assim, o crédito destinado aos particulares e às empresas aumentaram 3,9% e 9,3%, respectivamente (4,6% e 10,6% em Dezembro).

Relativamente ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e do crédito ao consumo.

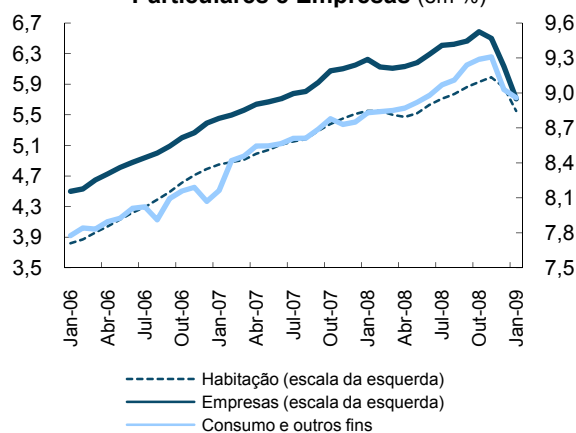
Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para os particulares e para as empresas não financeiras, tendo sido particularmente acentuada para estas últimas.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

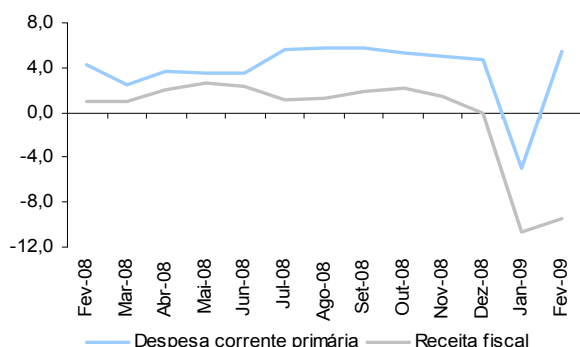
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008							2009	
				Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	5,1	4,8	4,7	4,7	4,7	4,0	4,0	4,6	4,8
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	45	45	49	71	91	77	103	128	173
PSI 20*	VC	CMVM	-51,3	-16,0	-4,6	1,2	-6,6	-20,8	-0,9	0,6	1,5	-6,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	4,3	7,1	6,7	6,2	5,8	5,2	4,8	4,3	3,8	
- para consumo	va**	"	8,8	11,9	11,5	11,9	12,0	10,6	10,0	8,8	8,6	
Empréstimos a empresas	va**	"	10,6	12,3	12,2	12,4	12,0	11,8	11,5	10,6	9,3	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,86	5,63	5,71	5,77	5,86	5,93	5,99	5,86	5,55	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,13	6,29	6,41	6,42	6,46	6,59	6,50	6,13	5,71	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Fevereiro, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 907 milhões de euros, revelando um agravamento de 834 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 643,4 milhões de euros, representando um agravamento de 907 milhões de euros face ao verificado no período homólogo de 2008.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



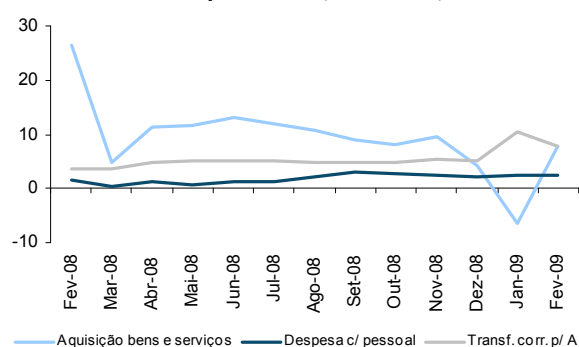
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 9,5%, tendo as receitas dos impostos directos e indirectos registado uma diminuição de 7,3% e 10,5%, respectivamente. Esta evolução é, fundamentalmente, explicada pela menor receita de IRC e pelo decréscimo na receita do IVA e do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos e do imposto sobre o tabaco;
- um aumento da despesa total em 3,7%. A despesa corrente primária registou um acréscimo de 5,5% enquanto que a despesa de capital registou uma diminuição de 1,4%. As transferências correntes para outros sectores das Administrações Públicas (AP) (27,2%).
- A redução na despesa com pessoal reflecte a reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pen-

sões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009. Corrigindo deste efeito, a despesa com pessoal aumentou 2,5% e as transferências correntes para as AP aumentaram 7,9%, rubricas que determinaram, no essencial, para a evolução da despesa corrente primária. Os juros e outros encargos da dívida registaram um decréscimo de 21,7%.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fonte: DGO.

Em 28 de Fevereiro, a dívida directa do Estado situou-se nos 119,6 mil milhões de euros, registando um acréscimo de 1740 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, fundamentalmente, a emissão líquida positiva de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Jan-09		Fev-09			28-Fev-09
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	95 290	2 071	329	29	97 061	
Bilhetes do Tesouro	12 093	1 322	0	0	13 415	
Obrigações do Tesouro	82 111	749	0	22	82 882	
Não Transaccionável	22 547	2 847	2 878	0	22 516	
Certificados de Aforro	17 189	76	100	0	17 165	
CEDIC	5 028	2 531	2 348	0	5 211	
Total	117 838	4 918	3 207	29	119 578	

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2008	2009	2008	2009	2008		2009	
	Jan a Fev		Jan a Fev		Nov	Dez	Jan	Fev
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	6611	6024	16,6	14,5	3,1	(1,8)**	3,6	(2,5)**
Receita Corrente	6507	5973	16,6	14,8	1,9	0,5	-11,3	-8,2
Impostos Directos	1890	1752	12,8	11,5	6,8	3,9	-11,6	-7,3
Impostos Indirectos	4008	3588	18,5	16,4	-2,1	-2,8	-9,9	-10,5
Despesa Total	6684	6931	14,3	14,5	4,3	(3,2)**	3,8	(2,7)**
Despesa Corrente Primária	5948	6274	15,3	16,2	5,1	(3,7)**	4,7	(3,4)**
Despesa Corrente	6284	6537	14,3	14,7	5,1	(3,9)**	4,9	(3,7)**
Despesa com Pessoal	2081	1584	14,9	14,8	2,5	2,0	-27,7	-23,9
Aquisição Bens e Serviços	97	104	5,9	7,5	9,5	4,1	-6,6	7,7
Subsídios	20	27	1,7	3,9	83,8	(-5,7)**	74,6	(3,6)**
Juros	337	264	6,7	4,6	5,3	6,2	-18,8	-21,7
Transferências corr. p/ AP	2987	3801	17,0	17,8	5,3	5,1	32,9	27,2
Saldo Global	-73	-907	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	264	-643	-	-	-	-	-	-

Notas: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. ** Excluindo a operação de amortização do défice tarifário energético.
Fonte: DGO.

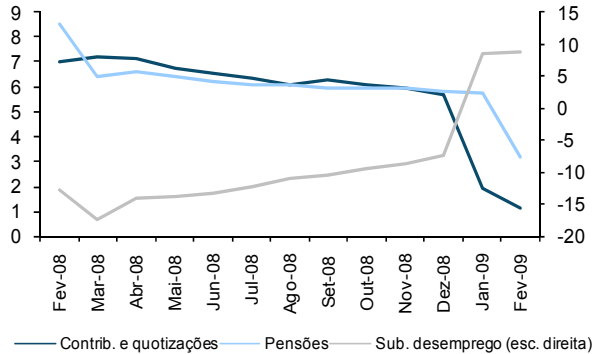
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Fevereiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 605,7 milhões de euros, revelando uma redução de 89 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

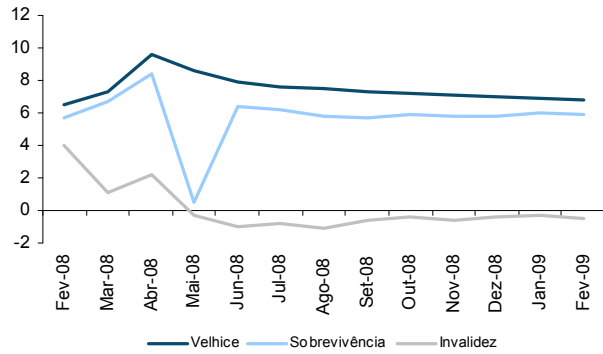
- um aumento da receita corrente em 1,9% influenciada essencialmente pelo acréscimo das contribuições e das transferências correntes recebidas da Administração Central, que aumentaram 1,1% e 8,9%, respectivamente, e, por outro lado, pela diminuição das transferências correntes do Fundo Social Europeu (-28,1%); e;
- um aumento da despesa corrente em 5,5%. Para este resultado contribuiu a subida da despesa de todas as prestações sociais, designadamente, pensões (3,2%), subsídio familiar a crianças e a jovens (30,6%) e rendimento social de inserção (17,9%). Os aumentos nos subsídios de desemprego (8,7%) e por doença (8,7%) foram acompanhados por um aumento do respectivo número de beneficiários. Em contrapartida, regista-se uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (-56,6%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-96%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



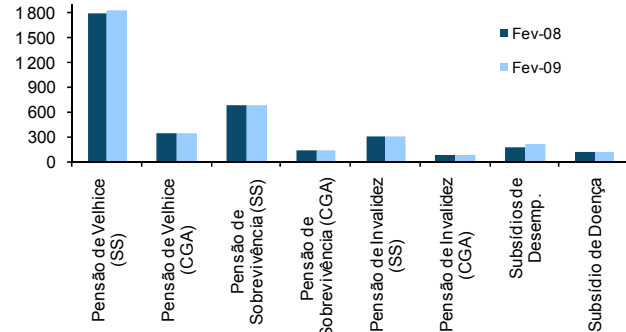
Fonte: MTSS.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Fevereiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 79,4 milhões de euros, o qual compara com um défice de 73,7 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 16,2% em termos homólogos, repercutindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado e das contribuições.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2008		2009		2008		2009			
	Jan a Fev		Jan a Fev		Jan a Fev		Jan a Fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	3644	3711	1,8	16,4	15,7	1011	1232	21,9	13,5	16,2
Contribuições e quotizações	2228	2252	1,1	17,1	16,2	436	480	10,2	12,5	12,4
Transferências correntes da Adm. Central	996	1084	8,9	15,6	15,9	570	750	31,6	15,6	20,4
Despesa Total	2950	3105	5,3	13,7	14,0	1085	1153	6,3	14,0	14,6
Pensões	1846	1904	3,2	14,2	13,9	1079	1148	6,4	14,0	14,6
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	268	291	8,7	15,1	18,4	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	580	703	21,3	14,5	17,1	-	-	-	-	-
Saldo Global	695	606	-	-	-	-74	79	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Fevereiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 713 milhões de euros, observando-se uma melhoria de 61,6 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento de 8% na receita, impulsionado pelo comportamento favorável da receita corrente, devido fundamentalmente ao aumento das transferências correntes recebidas de outros sectores da Administração Pública; e
- um aumento da despesa corrente em 6,7%. Este comportamento é justificado pelo acréscimo das transferências correntes (7,7%), da aquisição de bens e serviços (18,6%), enquanto que se registou uma diminuição nas restantes despesas correntes, designadamente, nos subsídios atribuídos (-17,2%), nas despesas com pessoal (-18%). A despesa de capital apresentou um aumento de 27,5%, contribuindo para o aumento da despesa total.

Serviço Nacional de Saúde

Até Fevereiro, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde foi de 234,4 milhões de euros, o que compara com 343 milhões de euros registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um crescimento de 4,4% na receita, devido maioritariamente aos aumentos verificados nas transferências correntes recebidas e nas outras receitas correntes; e
- um acréscimo da despesa em 16,6%, reflectindo, em larga medida, o aumento da aquisição de bens e serviços, das transferências correntes e da outra despesa corrente, enquanto que a despesa em pessoal registou um decréscimo.

A evolução da execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde é afectada pela modificação do universo abrangido pelo SNS devido à empresarialização de três hospitais públicos e à criação de três Unidades Locais de Saúde, as quais integram também centros de saúde e hospitais públicos, em Setembro de 2008. Em particular, esta modificação do universo afecta a composição da despesa do Serviço Nacional de Saúde, ocasionando uma diminuição da despesa com o pessoal e um aumento da aquisição de bens e serviços.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Fev		Jan	Fev	Jan a Fev		Jan	Fev
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	3 528	3 809	8,4	8,0	1 357	1 416	4,0	4,4
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	943	480	-52,6	-49,1	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	1 745	2 512	52,2	44,0	1 317	1 346	2,2	2,3
Despesa Total	2 876	3 095	9,0	7,6	1 014	1 182	17,0	16,6
Despesa com pessoal	502	412	-16,6	-18,0	228	128	-40,0	-44,0
Aquisição de bens e serviços	822	975	26,8	18,6	729	901	31,2	23,5
Transferências correntes	1 282	1 381	5,9	7,7	11	40	-20,1	250,5
Saldo Global	652	713	-	-	343	234	-	-

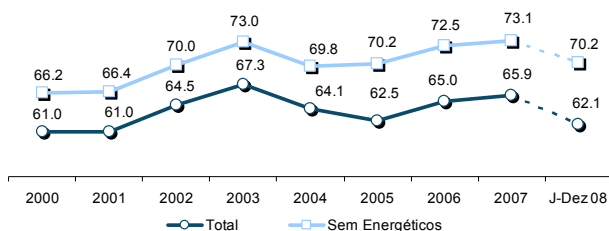
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de Janeiro a Dezembro de 2008, as entradas [3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das saídas (+7,2% contra +1,0%) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Dezembro			VH	
	2007	2008	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	37 589	37 961	1.0	-11.0	
Entradas (cif)	57 056	61 175	7.2	-6.4	
Saldo (fob-cif)	- 19 467	- 23 213	19.2	1.1	
Cobertura (fob/cif)	65.9	62.1	-	-	
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	35 881	35 736	-0.4	-10.6	
Entradas (cif)	49 077	50 877	3.7	-5.6	
Saldo (fob-cif)	- 13 196	- 15 140	14.7	6.0	
Cobertura (fob/cif)	73.1	70.2	-	-	
Extra UE					
Exportações (fob)	768	577	-24.9	-5.7	10.3
Importações (cif)	1 363	889	-34.8	-19.7	10.0
Saldo (fob-cif)	- 595	- 313	-47.5	-40.4	9.5
Cobertura (fob/cif)	56.3	64.8	-	-	-

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Janeiro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro a Dezembro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que neste período as saídas decresceram ligeiramente (-0,4%), tendo as entradas aumentado 3,7%. Nos últimos três meses (Outubro a Dezembro), as saídas acusaram uma diminuição face ao período homólogo do ano anterior (-10,6%), tendo as entradas registado também um abrandamento (-5,6%).

No período de Janeiro a Dezembro de 2008, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 62,1% (70,2% excluindo energéticos) (Figura 3.1).

Segundo dados preliminares disponíveis para o mês de Janeiro de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 24,9% e 34,8% (Quadro 3.1).

Em 2008, as maiores quebras nas saídas de mercadorias ocorreram no último trimestre (-11,0%), reflectindo descidas de 14,3% nos dois últimos meses do ano (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2007	2008	VH	2007	2008	VH
Janeiro	4 412	5 012	13.6	3 093	3 330	7.7
Fevereiro	4 224	5 308	25.7	2 961	3 375	14.0
Março	4 904	5 111	4.2	3 449	3 291	-4.6
Abril	4 553	5 462	20.0	2 950	3 383	14.7
Maio	5 024	5 363	6.7	3 291	3 337	1.4
Junho	4 810	5 202	8.1	3 351	3 309	-1.3
Julho	4 873	5 744	17.9	3 426	3 791	10.6
Agosto	4 215	4 481	6.3	2 440	2 421	-0.8
Setembro	4 779	5 207	8.9	3 131	3 269	4.4
Outubro	5 311	5 340	0.5	3 417	3 244	-5.1
Novembro	5 316	4 748	-10.7	3 366	2 885	-14.3
Dezembro	4 634	4 197	-9.4	2 713	2 325	-14.3
1º Trimestre	13 540	15 431	14.0	9 503	9 997	5.2
2º Trimestre	14 387	16 027	11.4	9 593	10 030	4.6
3º Trimestre	13 867	15 431	11.3	8 997	9 480	5.4
4º Trimestre	15 261	14 285	-6.4	9 496	8 454	-11.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Dezembro de 2008 e os do comércio extra-comunitário relativos a Janeiro de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2007, são os implícitos numa terceira versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros. Paralelamente, "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros.

Saídas de Mercadorias

No período de Janeiro a Dezembro de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma taxa de crescimento em valor de 1,0% (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Energéticos" (+30,3%), e "Agro-alimentares" (+13,2%).

Seguiram-se os grupos "Produtos Acabados Diversos" (+2,3%) e "Minérios e Metais" (+0,6%).

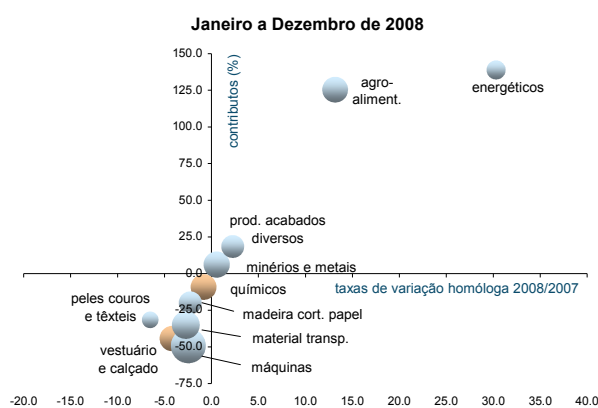
Em todos os restantes grupos se registaram descidas: "Peles, Couros e Têxteis" (-6,5%), "Vestuário e Calçado" (-4,2%), "Material de Transporte" (-2,7%), "Máquinas" (-2,5%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-2,3%), e "Químicos" (-0,8%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram um aumento na componente "calçado" (+2,1%), e diminuições nas componentes "vestuário excepto de malha" (-7,6%) e "vestuário de malha" (-7,3%).

Ponderando os pesos no total, os contributos positivos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Energéticos" (138,9%), "Agro-alimentares" (125,5%), "Produtos Acabados Diversos" (18,5%) e "Minérios e Metais" (6,1%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Contributos negativos tiveram os grupos "Máquinas" (-49,2%), "Vestuário e Calçado" (-44,3%) "Material de transporte" (-35,1%), "Peles, Couros e Têxteis" (-31,5%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-19,9%) e Químicos (-9,1%).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	Jan-Dez		Anual		Jan-Dez		média anual 02-07**	Jan-Dez		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH	contributos [1]	
								p.p.	%	
TOTAL DAS SAÍDAS	37 589	37 961	100.0	100.0	100.0	100.0	6.1	1.0	1.0	100.0
000 Agro-Alimentares	3 552	4 020	7.8	9.4	9.4	10.6	9.8	13.2	1.2	125.5
100 Energéticos	1 707	2 225	2.0	4.5	4.5	5.9	25.4	30.3	1.4	138.9
200 Químicos	4 002	3 968	8.1	10.9	10.6	10.5	12.7	-0.8	-0.1	-9.1
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 259	3 185	9.6	8.8	8.7	8.4	4.2	-2.3	-0.2	-19.9
400 Peles, Couros e Têxteis	1 798	1 681	7.7	4.8	4.8	4.4	-3.6	-6.5	-0.3	-31.5
500 Vestuário e Calçado	3 958	3 793	16.5	10.4	10.5	10.0	-3.3	-4.2	-0.4	-44.3
600 Minérios e Metais	4 055	4 078	6.4	10.8	10.8	10.7	17.9	0.6	0.1	6.1
700 Máquinas	7 434	7 251	19.7	19.9	19.8	19.1	6.3	-2.5	-0.5	-49.2
800 Material de Transporte	4 788	4 657	15.0	12.9	12.7	12.3	2.9	-2.7	-0.3	-35.1
900 Produtos Acabados Diversos	3 035	3 104	7.3	7.7	8.1	8.2	7.2	2.3	0.2	18.5

Por memória:

Total sem energéticos	35 881	35 736	98.0	95.5	95.5	94.1	5.5	-0.4	-0.4	-38.9
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	------	------	-------

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

No período de Janeiro a Dezembro de 2008, as expedições para o mercado comunitário decresceram 2,8%, cabendo uma redução de 3,4% aos países da UE-15 e um aumento de 14,5% aos 12 países do alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 13,5% (Quadro 3.4).

Neste período, destaca-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+11,3%).

Entre os principais mercados comunitários verificaram-se decréscimos nas expedições para o Reino Unido (-7,7%), Itália (-7,7%), França (-6,5%), Bélgica (-3,2%), Espanha (-3,0%), Países Baixos (-2,1%), Suécia (-0,7%) e Alemanha (-0,3%).

Entre os países terceiros, as exportações para Angola, o principal parceiro extracomunitário, registaram uma taxa de crescimento de 34,8%. Verificaram-se também aumentos significativos nas exportações para a Rússia (+33,6%), Brasil (+24,0%), Singapura (+22,2%) e Suíça (+12,6%).

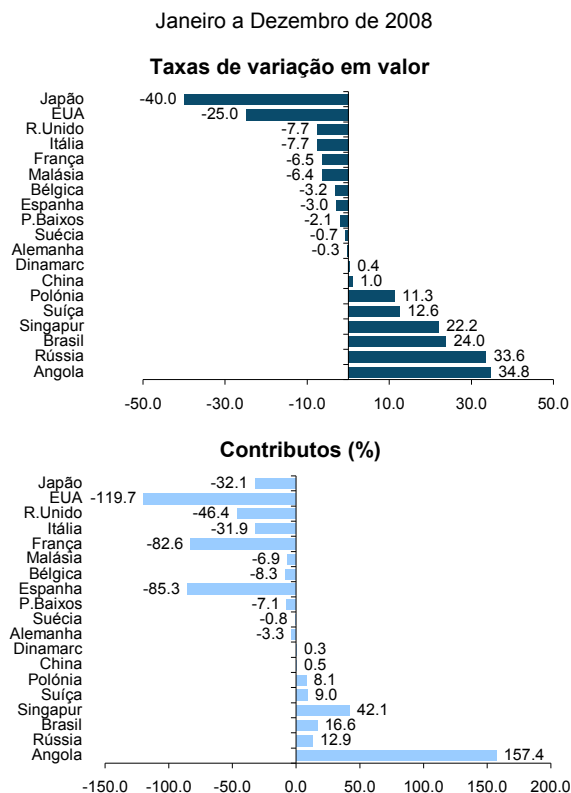
De referir um pequeno incrementos nas exportações para a China em 2008 (+1,0%), após cinco anos de crescimento muito rápido das exportações para aquele mercado (taxa média anual de 17,6%).

Ainda entre os países terceiros, registaram-se diminuições nos fornecimentos para o Japão (-40,0%), EUA (-25,0%), e Malásia (-6,4%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias em 2008, em termos de mercados de destino, couberam a Angola (157,4%) e Singapura (42,1%) (Figura 3.3).

Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 34,7%.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Valores em milhões de euros			
	Jan-Dez		anual		Jan-Dez		média anual 02-07*	VH	Taxas de variação e contributos [2]	
	2007	2008	2002	2007*	2007	2008			Jan-Dez	contributos
							p.p.	%		
TOTAL	37 589	37 961	100,0	100,0	100,0	100,0	6,1	1,0	1,0	100,0
Intra UE-27	28 820	28 006	81,4	76,1	76,7	73,8	4,7	-2,8	-2,2	-218,4
dos quais:										
UE-15	27 931	26 988	79,8	73,8	74,3	71,1	4,4	-3,4	-2,5	-253,1
Espanha	10 646	10 328	20,9	27,7	28,3	27,2	12,1	-3,0	-0,8	-85,3
Alemanha	4 895	4 882	17,7	13,2	13,0	12,9	0,0	-0,3	0,0	-3,3
França	4 743	4 436	13,5	12,6	12,6	11,7	4,5	-6,5	-0,8	-82,6
R.Unido	2 253	2 080	10,4	6,0	6,0	5,5	-4,9	-7,7	-0,5	-46,4
Itália	1 551	1 433	4,6	4,1	4,1	3,8	3,9	-7,7	-0,3	-31,9
P.Baixos	1 272	1 245	3,8	3,4	3,4	3,3	3,4	-2,1	-0,1	-7,1
Bélgica	967	936	4,3	2,6	2,6	2,5	-4,3	-3,2	-0,1	-8,3
Suécia	457	454	1,5	1,2	1,2	1,2	2,0	-0,7	0,0	-0,8
Dinamarca	278	279	1,0	0,7	0,7	0,7	-0,2	0,4	0,0	0,3
Alargamento	889	1 018	1,5	2,4	2,4	2,7	15,6	14,5	0,3	34,7
Polónia	266	296	0,5	0,7	0,7	0,8	13,3	11,3	0,1	8,1
Extra UE-27	8 769	9 955	18,6	23,9	23,3	26,2	11,4	13,5	3,2	318,4
dos quais:										
EUA	1 787	1 341	5,7	4,9	4,8	3,5	2,6	-25,0	-1,2	-119,7
Angola	1 684	2 271	2,1	4,6	4,5	6,0	24,2	34,8	1,6	157,4
Singapura	708	865	0,4	1,9	1,9	2,3	42,2	22,2	0,4	42,1
Malásia	399	373	0,2	1,1	1,1	1,0	49,7	-6,4	-0,1	-6,9
Japão	299	179	0,3	0,8	0,8	0,5	25,9	-40,0	-0,3	-32,1
Suíça	266	300	1,1	0,7	0,7	0,8	-2,0	12,6	0,1	9,0
Brasil	258	320	0,6	0,7	0,7	0,8	9,5	24,0	0,2	16,6
Por memória:										
China	181	183	0,3	0,5	0,5	0,5	17,6	1,0	0,0	0,5
Rússia	143	191	0,1	0,4	0,4	0,5	35,0	33,6	0,1	12,9
PALOP	2 069	2 699	3,0	5,6	5,5	7,1	20,3	30,4	1,7	169,1
EFTA	375	414	1,9	1,0	1,0	1,1	-6,2	10,3	0,1	10,4

* O ano de 2007 na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser

[1] (Jan 08-Dez 08) / (Jan 07-Dez 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

No período de Janeiro a Dezembro de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 7,2% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os contributos positivos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos “Energéticos” (56,3%), “Agro-alimentares” (16,4%), “Máquinas” (9,9%), “Material de Transporte” (9,6%), “Químicos” (8,2%), “Produtos Acabados Diversos” (2,0 %), e “Minérios e Metais” (1,2%).

Apresentaram contributos negativos os grupos dos “Têxteis, Vestuário e Calçado” (-2,3%) e das “Peles, Madeira, Cortiça e Papel” (-1,3%).

Neste período, a UE-27 foi a origem de 73,5% das entradas de mercadorias, cabendo 71,7% aos países da UE-15 e 1,9% aos doze países do alargamento (Quadro 3.5).

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,8%), da Alemanha (12,4%) e de França (8,3%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,0% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Dez		Anual		Jan-Dez		média anual 02-07**	Jan-Dez		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH	contributos	
								p.p.	%	
TOTAL DAS ENTRADAS	57 056	61 175	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	7.2	7.2	100.0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	7 265	7 942	12.8	12.8	12.7	13.0	5.5	9.3	1.2	16.4
100-Energéticos	7 978	10 298	9.6	14.3	14.0	16.8	14.2	29.1	4.1	56.3
200-Químicos	7 790	8 126	13.8	13.7	13.7	13.3	5.3	4.3	0.6	8.2
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 699	2 644	5.7	4.7	4.7	4.3	1.7	-2.0	-0.1	-1.3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 887	3 792	8.6	6.6	6.8	6.2	0.2	-2.4	-0.2	-2.3
500-Minérios e Metais	5 992	6 040	8.9	10.5	10.5	9.9	9.1	0.8	0.1	1.2
600-Máquinas [3]	11 253	11 663	21.0	19.7	19.7	19.1	4.2	3.6	0.7	9.9
700-Material de Transporte [4]	6 809	7 204	13.6	12.1	11.9	11.8	3.0	5.8	0.7	9.6
800-Prod. Acabados Diversos	3 383	3 466	6.1	5.5	5.9	5.7	3.6	2.4	0.1	2.0
Total sem energéticos	49 077	50 877	90.4	85.7	86.0	83.2	4.4	3.7	3.2	43.7
Mercados de origem										
Intra UE-27	43 016	44 987	79.9	74.7	75.4	73.5	4.1	4.6	3.5	47.9
dos quais:										
UE-15	42 058	43 851	77.9	73.0	73.7	71.7	4.1	4.3	3.1	43.5
Espanha	17 702	18 854	28.9	30.3	31.0	30.8	6.5	6.5	2.0	28.0
Alemanha	7 500	7 582	15.0	13.2	13.1	12.4	3.0	1.1	0.1	2.0
França	4 938	5 070	10.2	8.6	8.7	8.3	1.9	2.7	0.2	3.2
Itália	3 157	3 249	6.7	5.4	5.5	5.3	0.9	2.9	0.2	2.2
P.Baixos	2 678	2 817	4.6	4.7	4.7	4.6	6.0	5.2	0.2	3.4
R.Unido	2 022	1 971	5.2	3.6	3.5	3.2	-2.2	-2.5	-0.1	-1.2
Bélgica	1 641	1 622	3.1	2.9	2.9	2.7	4.3	-1.2	0.0	-0.5
Suécia	626	761	1.2	1.1	1.1	1.2	4.7	21.6	0.2	3.3
Alargamento	958	1 136	2.0	1.7	1.7	1.9	2.6	18.6	0.3	4.3
Extra UE-27	14 040	16 187	20.1	25.3	24.6	26.5	10.4	15.3	3.8	52.1
dos quais:										
Brasil	1 381	1 362	1.5	2.5	2.4	2.2	16.0	-1.4	0.0	-0.5
China	1 063	1 342	0.8	1.9	1.9	2.2	25.3	26.2	0.5	6.8
Nigéria	1 007	1 731	1.3	1.8	1.8	2.8	12.6	72.0	1.3	17.6
EUA	954	1 031	2.1	1.7	1.7	1.7	1.5	8.1	0.1	1.9
Líbia	790	991	0.1	1.4	1.4	1.6	67.8	25.4	0.4	4.9
Noruega	692	697	1.1	1.2	1.2	1.1	7.8	0.7	0.0	0.1
Argélia	578	707	0.5	1.0	1.0	1.2	24.0	22.4	0.2	3.1
Japão	572	589	1.7	1.0	1.0	1.0	-4.5	3.1	0.0	0.4
Rússia	559	404	0.8	1.0	1.0	0.7	9.3	-27.8	-0.3	-3.8
OPEP[5]	3 876	5 522	4.0	7.0	6.8	9.0	17.7	42.5	2.9	40.0
EFTA	1 137	1 120	2.2	2.0	2.0	1.8	4.1	-1.5	0.0	-0.4
PALOP	403	452	0.3	0.7	0.7	0.7	27.5	12.1	0.1	1.2

^ Somatório das “Chegadas” de mercadorias provenientes da UE com as “Importações” de Países Terceiros.

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

1] (Jan 08-Dez 08) / (Jan 07-Dez 07) x 100 - 100.

2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

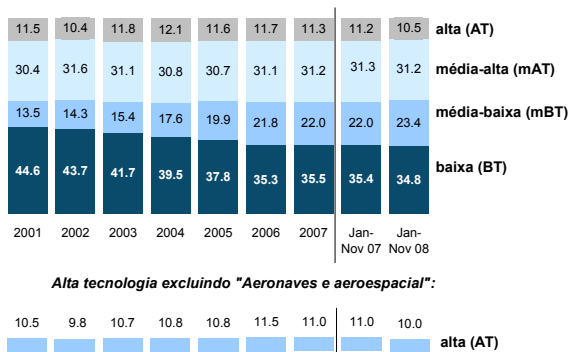
[5] Inclui Angola.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Novembro de 2008*, face ao período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um novo acréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 53,3% para 54,6% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, desceu para 35,5% em 2007 e para 34,8% nos primeiros onze meses de 2008.

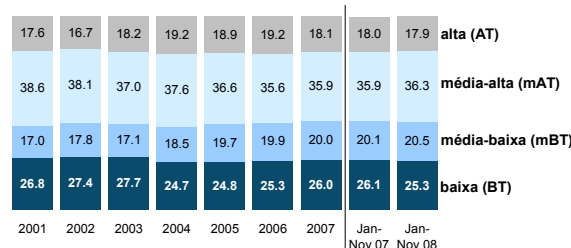
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 2/2009 em:

www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Novembro		Taxas de variação em valor			% total prod. indust. transf.			Contributos ^[1] (p.p.)		
		2007	2008	média 2002-07	2007/06	Jan-Nov 2008/07	2006	2007	Jan-Nov 2007	2008	2007	Jan-Nov 2008
SÁIDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	35 006 935	32 641 156	32 568 786	5.7	9.4	-0.2	100.0	100.0	100.0	100.0	9.4	-0.2
Alta tecnologia	3 948 255	3 667 933	3 429 002	7.4	5.3	-6.5	11.7	11.3	11.2	10.5	0.6	-0.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 847 830	3 574 007	3 230 313	8.3	4.7	-9.6	11.5	11.0	11.0	10.0	0.5	-1.1
Média-alta tecnologia	10 922 147	10 224 250	10 160 076	5.4	9.6	-0.6	31.1	31.2	31.3	31.2	3.0	-0.2
Média-baixa tecnologia	7 694 592	7 190 591	7 633 023	15.1	10.1	6.2	21.8	22.0	22.0	23.4	2.2	1.4
Baixa tecnologia	12 441 941	11 558 383	11 346 685	1.4	10.1	-1.8	35.3	35.5	35.4	34.8	3.6	-0.6
Por memória:												
Total das Saídas	36 756 660	34 247 666	34 403 974	6.1	9.3	0.5	100.0	100.0	100.0	100.0	9.3	0.5
Residual	1 749 725	1 606 510	1 835 188	15.4	7.3	14.2	4.8	4.8	4.7	5.3	0.4	0.7
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	46 139 688	42 611 570	43 491 087	4.6	9.1	2.1	100.0	100.0	100.0	100.0	9.1	2.1
Alta tecnologia	8 340 384	7 670 603	7 775 768	6.2	2.6	1.4	19.2	18.1	18.0	17.9	0.5	0.2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 752 974	7 103 836	7 132 044	5.5	0.5	0.4	18.4	17.0	16.9	16.6	0.1	0.1
Média-alta tecnologia	16 583 826	15 286 668	15 792 462	3.3	10.3	3.3	35.6	35.9	35.9	36.3	3.7	1.2
Média-baixa tecnologia	9 221 370	8 546 116	8 935 746	7.0	9.6	4.6	19.9	20.0	20.1	20.5	1.9	0.9
Baixa tecnologia	11 994 107	11 108 184	10 987 111	3.5	12.0	-1.1	25.3	26.0	26.1	25.3	3.0	-0.3
Por memória:												
Total das Entradas	55 501 416	51 132 947	54 485 939	5.5	8.1	6.6	100.0	100.0	100.0	100.0	8.1	6.6
Residual	9 361 728	8 521 376	10 994 852	11.0	3.5	29.0	17.6	16.9	16.7	20.2	0.6	4.8

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar).

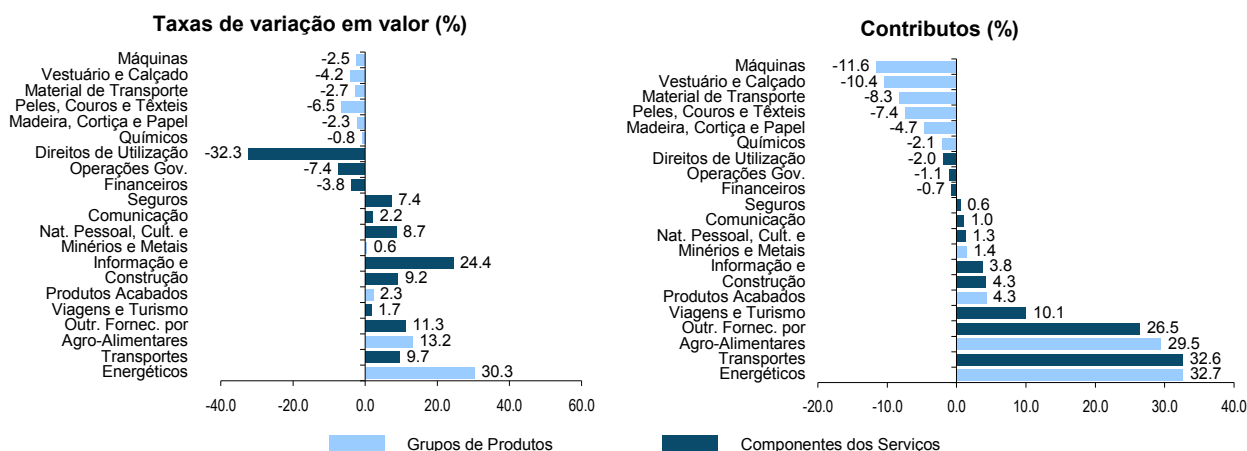
Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Dezembro de 2008, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 31,9% do lado das “exportações” (crédito), e de 15,6% na vertente das “importações” (débito). No mesmo período, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 2,3% em termos homólogos, sendo 76,5% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Serviços, e os restantes 23,5% pelas “exportações” de Bens (Intra+ExtraUE) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços em 2008, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (2,3 p.p = 100). Das quatro rubricas que revelaram crescimentos homólogos de dois dígitos nas “exportações” de Bens e Serviços, duas inserem-se na área dos Serviços.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Janeiro a Dezembro de 2008



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro a Dezembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		Jan-Dez		média anual	Jan-Dez		
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		02-07	VH	contributos [1]
CRÉDITO ("Exportações")										
Bens e Serviços	54 612	55 880	100.0	100.0	100.0	100.0	7.3	2.3	2.3	100.0
Bens	37 760	38 058	71.6	69.1	69.1	68.1	6.5	0.8	0.5	23.5
Serviços	16 852	17 822	28.4	30.9	30.9	31.9	9.1	5.8	1.8	76.5
Transportes	4 284	4 698	5.0	7.8	7.8	8.4	17.2	9.7	0.8	32.6
Viagens e Turismo	7 393	7 521	15.9	13.5	13.5	13.5	3.9	1.7	0.2	10.1
Comunicação	616	630	0.7	1.1	1.1	1.1	18.4	2.2	0.0	1.0
Construção	595	650	0.6	1.1	1.1	1.2	22.3	9.2	0.1	4.3
Seguros	98	105	0.2	0.2	0.2	0.2	4.3	7.4	0.0	0.6
Financeiros	246	236	0.4	0.4	0.4	0.4	9.0	-3.8	0.0	-0.7
Informação e Informática	196	244	0.2	0.4	0.4	0.4	19.1	24.4	0.1	3.8
Direitos de Utilização	77	52	0.1	0.1	0.1	0.1	20.0	-32.3	0.0	-2.0
Outr. Fornec. por Empresas	2 974	3 310	4.6	5.4	5.4	5.9	9.3	11.3	0.6	26.5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	191	208	0.3	0.4	0.4	0.4	10.9	8.7	0.0	1.3
Operações Governamentais	182	169	0.4	0.3	0.3	0.3	4.5	-7.4	0.0	-1.1
DÉBITO ("Importações" Fob)										
Bens e Serviços	65 382	70 082	100.0	100.0	100.0	100.0	5.9	7.2	7.2	100.0
Bens	55 251	59 166	84.6	84.5	84.5	84.4	5.8	7.1	6.0	83.3
Serviços	10 131	10 916	15.4	15.5	15.5	15.6	6.0	7.7	1.2	16.7
Transportes	3 185	3 328	4.6	4.9	4.9	4.7	7.3	4.5	0.2	3.0
Viagens e Turismo	2 858	2 948	4.6	4.4	4.4	4.2	4.9	3.1	0.1	1.9
Comunicação	408	443	0.5	0.6	0.6	0.6	12.1	8.5	0.1	0.7
Construção	120	156	0.2	0.2	0.2	0.2	0.6	30.1	0.1	0.8
Seguros	189	200	0.3	0.3	0.3	0.3	4.5	5.7	0.0	0.2
Financeiros	217	261	0.4	0.3	0.3	0.4	1.3	20.0	0.1	0.9
Informação e Informática	277	332	0.4	0.4	0.4	0.5	-6.1	20.0	0.1	1.2
Direitos de Utilização	330	336	0.7	0.5	0.5	0.5	-0.3	1.8	0.0	0.1
Outr. Fornec. por Empresas	1 988	2 360	2.9	3.0	3.0	3.4	8.7	18.7	0.6	7.9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	367	394	0.5	0.6	0.6	0.6	6.7	7.3	0.0	0.6
Operações Governamentais	193	159	0.3	0.3	0.3	0.2	3.2	-17.7	-0.1	-0.7

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Portugal no último ECOFIN - Programa de Estabilidade Português

Na reunião do Conselho ECOFIN do passado dia 10 de Março foram aprovadas as Opiniões do Conselho relativas aos Programas de Estabilidade ou Convergência de 21 estados-membros da UE, entre os quais Portugal.

O Conselho considera, na sua Opinião sobre o Programa de Estabilidade Português, que o estímulo orçamental em 2009 é significativo e temporário e que constitui uma resposta adequada para fazer face ao abrandamento económico. O retomar da consolidação orçamental assim que a economia recupere, previsto no PEC para o ano de 2010, é apontado como correcto, havendo, no entanto, o risco do crescimento económico ficar abaixo do esperado, facto que poderá conduzir a um resultado de consolidação inferior ao planeado. Neste sentido, Portugal é convidado a:

- (i) implementar durante 2009 a política orçamental projectada, em linha com o *European Economic Recovery Plan (EERP)*, evitando uma deterioração mais acentuada das finanças públicas em 2009 e prosseguindo com determinação o ajustamento planeado a partir de 2010;
- (ii) continuar o fortalecimento do enquadramento orçamental e a assegurar que as medidas de consolidação continuem a fomentar a qualidade das finanças públicas.

Recomendações específicas para os estados-membros

No âmbito do novo ciclo da Estratégia Lisboa foi aprovado um relatório que incluiu as Linhas Directrizes Integradas e as recomendações específicas para os estados-membros.

Relativamente às recomendações sobre Portugal, o relatório reconhece a significativa redução do défice orçamental verificada nos últimos anos, bem como o progresso alcançado em termos de consolidação orçamental e da reforma da administração pública. É igualmente referida a melhoria no ambiente de negócios, educação e formação. No entanto, o aumento do crescimento da produtividade e a redução dos desequilíbrios externos são desafios identificados como prementes. Assim, é recomendado que Portugal:

- (i) intensifique os esforços para redireccionar a despesa pública para áreas que aumentem o crescimento potencial e a competitividade internacional da economia mantendo, simultaneamente, o controlo global das despesas;
- (ii) continue os esforços para melhorar a eficiência do sistema educativo e para desenvolver o sistema de formação vocacional relevante para as necessidades do mercado de trabalho;
- (iii) implemente a legislação para modernizar a protecção do emprego (em particular o Código do Trabalho) de forma a contrariar a segmentação do mercado de trabalho.

Artigos

Em Análise

Evolução da Taxa de Crescimento das Saídas de Mercadorias Portuguesas face à Receptividade dos Mercados

Janeiro a Setembro de 2007 e 2008

Parte II

- Máquinas
- Veículos automóveis
- Minérios e metais
- Químicos e farmacêuticos
- Cerâmica e vidro
- Outros produtos acabados
- Energéticos
- Outro material de transporte

Walter Anatole Marques¹

Na segunda Parte deste trabalho² pretende-se avaliar o comportamento das saídas³ de mercadorias portuguesas relativamente aos oito agrupamentos de produtos acima listados - onde se incluem principalmente produtos industriais transformados - face à receptividade dos mercados de destino, no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008. No que se refere ao mercado comunitário, confrontam-se as expedições portuguesas para a UE-27 com as entradas na UE-27. Para o espaço extracomunitário, a análise foi feita na base do cálculo das taxas de variação homóloga das exportações da UE-27 e de Portugal para o conjunto dos respectivos 10 principais mercados de destino nos primeiros 9 meses de 2007.

- Análise por agrupamentos de produtos

No ano de 2007, o conjunto destes oito agrupamentos de produtos representou 64,1% do total das saídas de mercadorias, ou seja, 61,9% das expedições para o espaço intracomunitário e 71,4% das exportações para os Países Terceiros.

No Quadro 1, a evolução das expedições portuguesas nestes agrupamentos de produtos para a UE e das exportações para o conjunto dos principais mercados exteriores à UE é confrontada, respectivamente, com as entradas na UE e com as exportações da UE para esses mercados.

Quadro 1 - Ganhos e perdas relativos de mercado, de Portugal - Jan-Set 2008/2007

TVH das expedições portuguesas para a UE face às TVH das entradas na UE provenientes do Mundo

TVH das exportações portuguesas para os Países Terceiros face às TVH da UE

	Saídas de Portugal para o Mundo	Intra UE-27			Extra UE-27		
		Entrada total na UE-27	Expedições de Portugal	Ganhos/Perdas de Portugal	Exp. da UE-27 p/ P. Terceiros	Exp. de Port. p/ P. Terceiros	Ganhos/Perdas de Portugal
Máquinas	-0.4	1.8	-3.7	🔴	6.8	4.8	🔴
Veículos automóveis	-2.0	-0.8	-5.8	🔴	9.2	49.9	🟢
Minérios e metais	6.3	1.7	-1.6	🔴	9.2	61.3	🟢
Químicos e farmacêuticos	5.2	4.5	1.9	🔴	4.6	21.6	🟢
Energéticos	48.2	45.3	60.2	🟢	40.7	40.8	🟢
Cerâmica, vidro, pedra e cimentos	3.6	2.5	2.4	🔴	1.3	9.0	🟢
Outros produtos acabados	8.2	4.2	5.7	🟢	5.6	11.6	🟢
Outro material de transporte	20.3	-2.6	83.9	🟢	2.1	-17.2	🔴

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; Monthly data - 1/2009.

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas do Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

² A primeira parte foi publicada no BMEP Nº 2/ Fevereiro 2009. O texto completo encontra-se disponível no "site" do GEE em "GEE Papers - Temas Económicos nº 4": www.gee.min-economia.pt.

³ A designação Saídas representa o somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para os Países Terceiros. Paralelamente, Entradas corresponde ao somatório das Chegadas provenientes dos países comunitários, com as Importações originárias dos Países Terceiros.

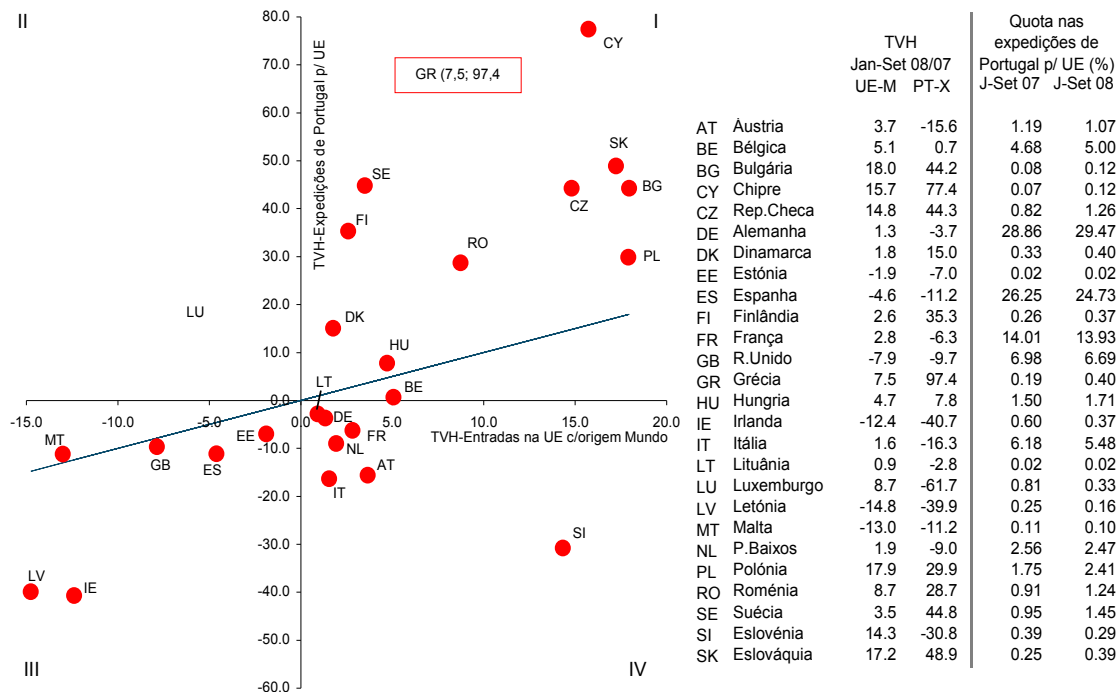
Por exemplo, no caso das “Máquinas”, verificou-se um decréscimo das expedições de Portugal (-3,7%) para a UE-27, ao mesmo tempo que as entradas (chegadas+importações) na UE-27 aumentaram 1,8%. Tal significa que Portugal perdeu quota nas importações de Máquinas por parte da UE-27. Em contrapartida, no agrupamento “Veículos automóveis”, as exportações de Portugal para países terceiros aumentaram 49,8%, enquanto as exportações da UE-27 aumentaram apenas 9,2%. Tal significa que Portugal ganhou quota nas exportações de “Veículos automóveis” da UE-27 para os Países Terceiros (Quadro 1).

Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, verificaram-se ganhos de quota, dentro e fora da UE, nos agrupamentos “Energéticos” e “Outros produtos acabados”. No que respeita ao agrupamento “Outro Material de transporte”, Portugal ganhou quota na UE e perdeu quota no mercado extracomunitário. Nos agrupamentos “Veículos automóveis”, “Minérios e metais”, “Químicos e farmacêuticos” e “Cerâmica, vidro, pedra e cimentos” verificaram-se ganhos de quota nos mercados extra-comunitários e perdas de quota na UE. Por sua vez, os fornecimentos de “Máquinas” decaíram entre os dois períodos tanto no espaço intra como no extracomunitário.

- Máquinas

No ano de 2007, o agrupamento “Máquinas” pesou 19,8% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 15,7% do total das expedições portuguesas para a UE e 33,3% do total das exportações para os Países Terceiros (Anexo I). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de crescimento global das saídas destes produtos decresceu (-0,4%), em resultado de uma quebra nas expedições para a UE (-3,7%) e de um aumento das exportações para os Países Terceiros (+4,8%). As entradas na UE, provenientes do Mundo, cresceram 1,8% e as exportações comunitárias para os Países Terceiros aumentaram 6,8% (Quadro 1).

Figura 1 – Máquinas
TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE – Jan-Set 2008/2007



Nota: As expedições portuguesas de Máquinas para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 60,8% em Jan-Set 2007 e 58,8% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

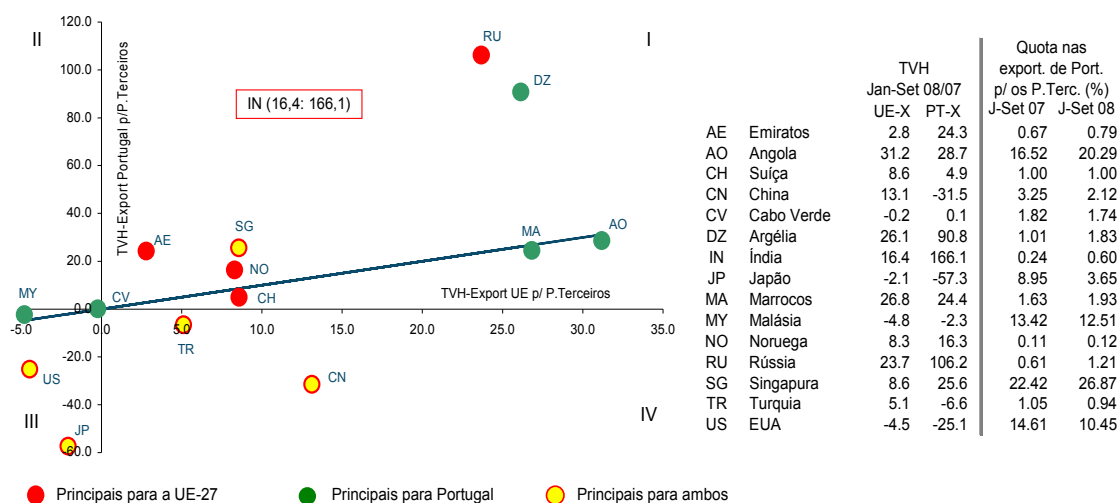
As expedições portuguesas de “Máquinas” para a Comunidade representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 60,8% e 58,8% do total das saídas de “Máquinas”⁴ (Anexo II). A Figura 1 compara os ritmos de crescimento das expedições para os diversos países da UE com as entradas em cada um desses países. Os pontos acima da diagonal descrevem situações em que as expedições portuguesas aumentaram acima do crescimento do mercado em análise, representando ganho de quota. As situações abaixo da diagonal correspondem a perda de quota. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, assinalam-se ganhos de quota de mercado nas expedições portuguesas em 7 dos 12 países do alargamento, na Grécia, Suécia, Bélgica, Finlândia e Dinamarca.

As figuras que se seguem incluem ainda, no caso das expedições de Portugal para a UE, informação complementar relativa à quota dos parceiros comunitários nas exportações portuguesas para a UE-27 e à quota dos países terceiros nas exportações portuguesas para o espaço extracomunitário.

No âmbito do comércio **extracomunitário**⁵ (Figura 2), assinalam-se taxas de crescimento das exportações portuguesas superiores às das exportações comunitárias, nos casos da Índia, Rússia, Argélia, Singapura, Emiratos Árabes Unidos e Noruega. Aumentaram, mas menos que as exportações da EU-27, as exportações portuguesas para a Suíça. As exportações para Angola e Marrocos evoluíram sensivelmente aos mesmo ritmo que as exportações da UE-27 para esses países. Verificaram-se perdas de quota nos mercados dos EUA, Japão, China e Turquia.

Figura 2 – Máquinas

TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



● Principais para a UE-27 ● Principais para Portugal ● Principais para ambos

Nota: As exportações portuguesas para estes países representaram 34,2% do total das saídas destes produtos para o mundo em Jan-Set 2007 e 35,5% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

- Veículos automóveis

Em 2007, o agrupamento “Veículos automóveis” pesou 12,0% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 14,5% do total das expedições portuguesas para a UE e 3,6% do total das exportações para os Países Terceiros (Anexo I). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de crescimento global das saídas destes produtos decresceu (-2,0%), em resultado de uma quebra nas expedições para a UE (-5,8%) e de um significativo aumento das exportações para os Países Terceiros (+49,9%). As entradas na UE, provenientes do Mundo,

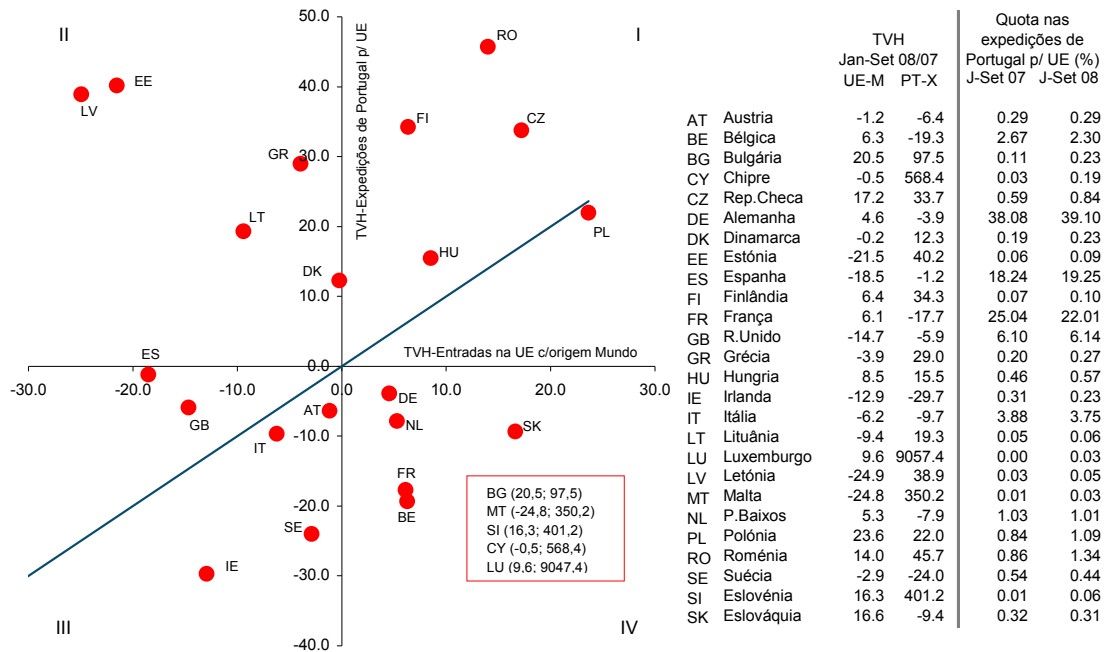
⁴ As principais expedições de “Máquinas” incidiram nas máquinas e aparelhos eléctricos (59,1%), cabendo o restante a máquinas não eléctricas e aparelhos mecânicos.

⁵ As principais exportações em 2007 incidiram nas máquinas e aparelhos eléctricos (64,0%).

decreceram 0,8% e as exportações comunitárias para os Países Terceiros aumentaram 9,2% (Quadro 1).

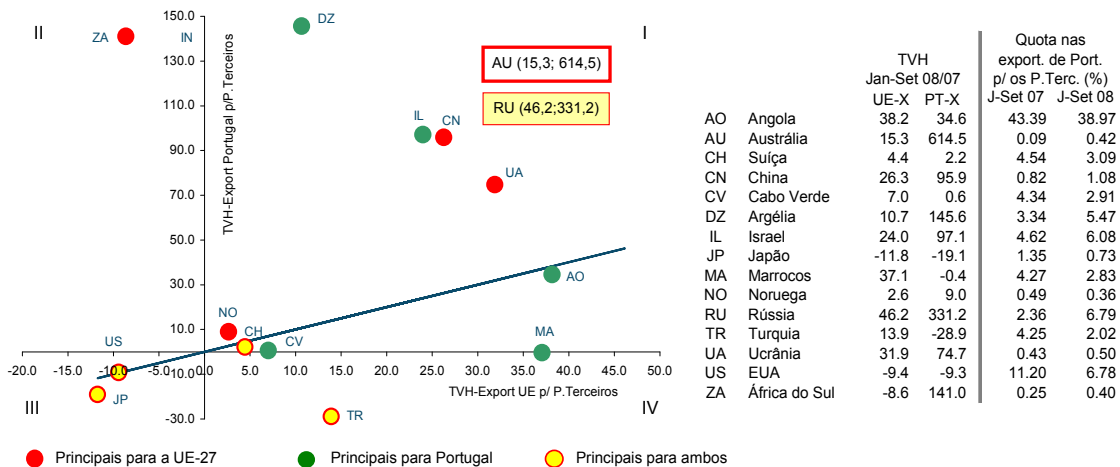
As expedições portuguesas para a Comunidade representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 93,2% e 89,6% do total das saídas de veículos automóveis e respectivas partes e peças (Anexo II). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, decaíram as expedições portuguesas para a Alemanha e França, os principais mercados, e diminuíram, mas menos que as entradas totais desses produtos, em Espanha e no Reino Unido. Portugal também ganhou quota de mercado em países do alargamento, como na Roménia, República Checa, Hungria e Países Bálticos (Figura 3).

Figura 3 – Veículos automóveis
TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007



Nota: As expedições portuguesas de Veículos automóveis para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 93,2% em Jan-Set 2007 e 89,6% em Jan-Set 2008.
 Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

Figura 4 – Veículos automóveis
TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



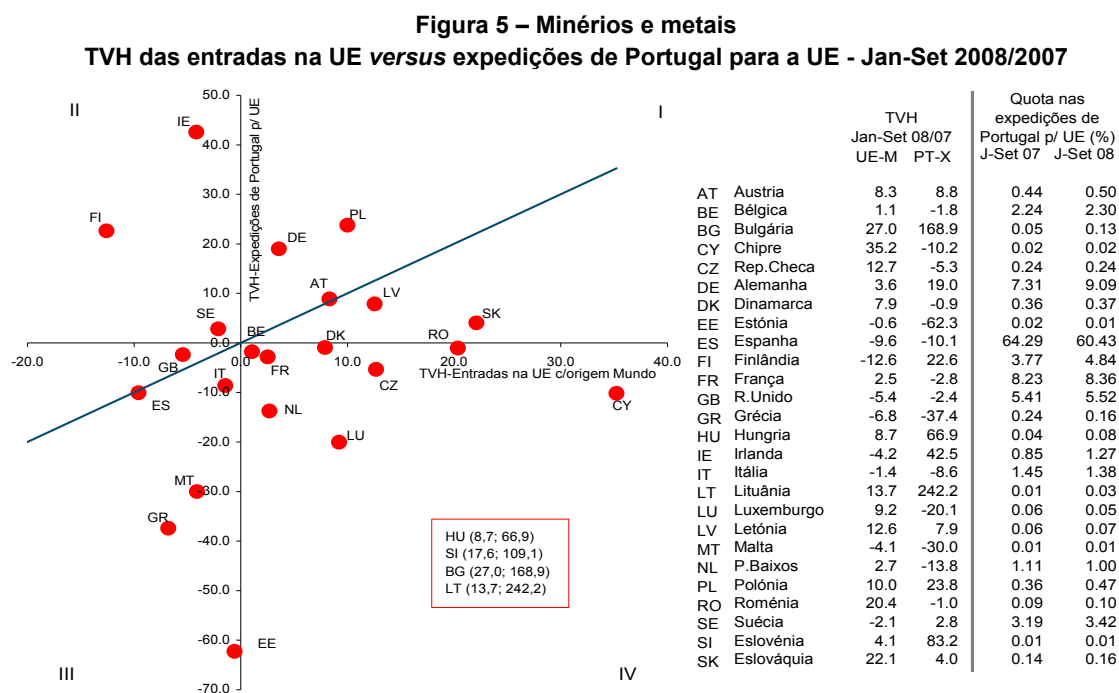
● Principais para a UE-27 ● Principais para Portugal ● Principais para ambos
 Nota: As exportações portuguesas para estes países representaram 5,9% do total das saídas destes produtos para o mundo em Jan-Set 2007 e 8,2% em Jan-Set 2008.
 Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

No âmbito do comércio **extracomunitário**, Angola foi o principal mercado de destino das exportações portuguesas de veículos automóveis, que cresceram a ritmo idêntico ao das exportações comunitárias. O mesmo sucedeu com as exportações para a Suíça. Ganhos de quota ocorreram com a Austrália, Rússia, Israel, Argélia, China, África do Sul e Noruega. As exportações portuguesas para os EUA diminuíram a ritmo idêntico às da EU (Figura 4).

- Minérios e metais

Em 2007, os “Minérios e metais” pesaram 10,8% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 12,2% do total das expedições portuguesas para a UE e 6,1% do total das exportações para os Países Terceiros (Anexo I). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 6,3%, a que correspondeu uma quebra de 1,6% nas expedições para a UE (as entradas na UE-27 provenientes do Mundo cresceram 1,7%) e um aumento de 61,3% nas exportações para os Países Terceiros (as exportações da UE para os Países Terceiros aumentaram 9,2%) (Quadro 1).

As **expedições portuguesas de “Minérios e metais” para a UE** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 87,5% e 81,0% do total das saídas⁶ (Anexo II). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, decresceram a ritmo idêntico ao da queda das entradas no país, as expedições portuguesas para Espanha, para onde se dirigiram nos dois períodos mais de 60% das expedições. Portugal ganhou quota de mercado na Finlândia, Alemanha, Suécia, Reino Unido, e países do alargamento, como Hungria, Eslovénia, Bulgária, Letónia e Polónia, tendo perdido quota em França, Bélgica, Itália e Países Baixos, entre outros (Figura 5).



Nota: As expedições portuguesas de Minérios e metais para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 87,5% em Jan-Set 2007 e 81,0% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

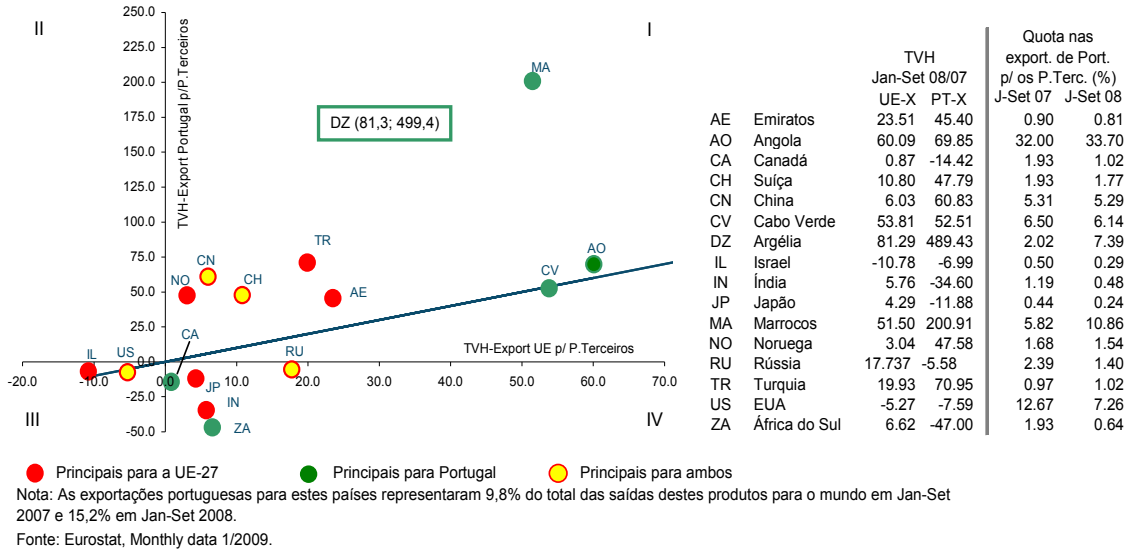
No âmbito do comércio **extracomunitário**⁷, ganharam quota de mercado as exportações portuguesas para Angola, para onde se dirigiu 1/3 do total, Argélia, Marrocos, Turquia, China, Noruega, Suíça e

⁶ As principais expedições portuguesas incidiram no ferro e aço, e suas obras (50,0%), no alumínio e suas obras (17,7%) e nos minérios, escórias e cinzas (12,3%).

⁷ As principais exportações em 2007 incidiram no ferro e aço, e suas obras (48,8%), e nos cimentos (14,4%).

Emiratos Árabes Unidos. Aumentaram ao ritmo das exportações da UE, os fornecimentos a Cabo Verde, e decaíram, a ritmo idêntico ao da UE, as exportações para os EUA (Figura 6).

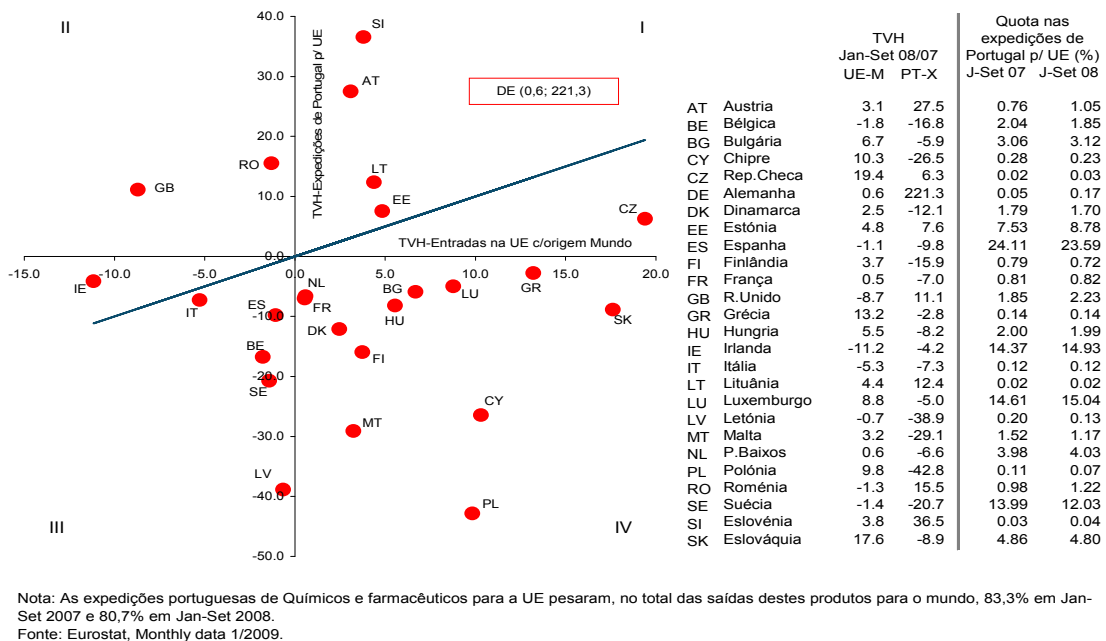
Figura 6 – Minérios e metais
TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



- Químicos e farmacêuticos

Em 2007, os produtos “Químicos e farmacêuticos” pesaram 10,6% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 11,6% do total das expedições portuguesas para a UE e 7,6% do total das exportações para os Países Terceiros (Anexo I). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 5,2%, a que corresponderam subidas de 1,9% nas expedições para a UE (as entradas na UE provenientes do Mundo aumentaram 4,5%) e de 21,6% nas exportações para os Países Terceiros (as exportações da UE para os Países Terceiros cresceram 4,6%) (Quadro 1).

Figura 7 – Químicos e farmacêuticos
TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007

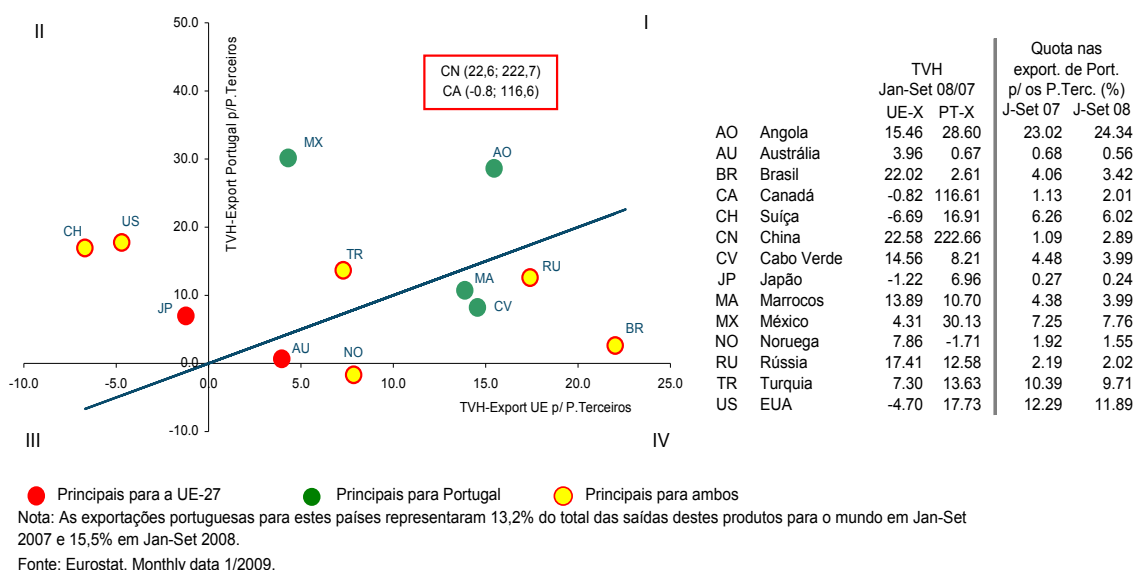


As expedições portuguesas de “Químicos e farmacêuticos” para a Comunidade representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 83,3% e 80,7% do total das saídas destes produtos para o Mundo⁸ (Anexo II).

Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, Portugal perdeu quota em alguns dos seus principais mercados, como foi o caso da Espanha e da Suécia, países onde as importações caíram, e também do Luxemburgo, Países Baixos, Bulgária e Eslováquia. Portugal ganhou quota de mercado na Irlanda, na Estónia, no Reino Unido e na Alemanha, entre outros (Figura 7).

No âmbito do comércio **extracomunitário**⁹, Portugal ganhou quota em todos os seus principais mercados, designadamente em Angola, EUA, Turquia, México e Suíça, para além da China, Canadá e Japão (Figura 8).

Figura 8 – Químicos e farmacêuticos
TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



- Energéticos

Em 2007, o agrupamento “Energéticos” pesou 4,5% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 2,2% do total das expedições portuguesas para a UE e 12,3% do total das exportações para os Países Terceiros (Anexo I). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, Portugal ganhou quota de mercado neste agrupamento de produtos tanto no comércio Intra como no Extracomunitário. A taxa de variação homóloga global aumentou 48,2%, cabendo 60,2% às expedições para a UE e de 40,8% às exportações para os Países Terceiros. Por sua vez, as entradas provenientes do Mundo aumentaram 45,3% e as exportações da UE para os Países Terceiros 40,7% (Quadro 1). As saídas de produtos energéticos envolvem uma importante componente constituída por provisões de bordo e por países não determinados, principalmente no comércio extracomunitário, que no período de Janeiro a Setembro de 2007 representaram 38,0% do total e 50,5% em igual período de 2008.

Os fornecimentos portugueses para o **espaço comunitário** representaram, no período em análise de 2007 e 2008, respectivamente 38,1% e 41,2% do total das saídas destes produtos (Anexo II). Portugal

⁸ As principais expedições incidiram no plástico e suas obras (38,5%), seguido dos produtos químicos orgânicos (16,4%) e da borracha e suas obras (16,3%).

⁹ As principais exportações em 2007 incidiram no plástico e suas obras (29,6%), seguidos da borracha e suas obras (15,4%), dos produtos farmacêuticos (15,0%), e dos produtos químicos orgânicos (14,7%).

perdeu quota de mercado em Espanha, o principal destino, e em França, tendo ganho quota no Reino Unido, Países Baixos, Itália e Bélgica.

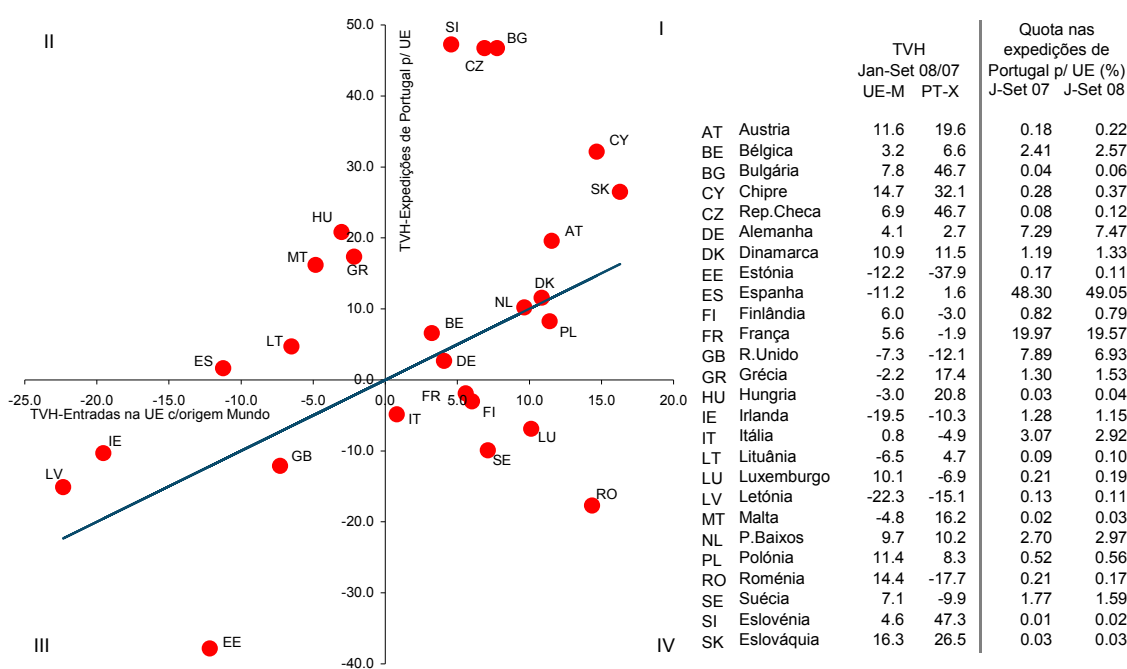
Nas **exportações para os Países Terceiros**, Portugal perdeu quota no principal mercado, os EUA, e em Angola, tendo ganho no México (para onde praticamente não exportara em 2007), Nigéria e Gibraltar.

- Cerâmica, vidro, pedra e cimentos

Em 2007, os produtos das indústrias da “Cerâmica, vidro, pedra e cimentos” pesaram 3,8% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 4,0% do total das expedições portuguesas para a UE e 3,0% das exportações para os Países Terceiros (Anexo I). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 3,6%, a que corresponderam subidas de 2,4% nas expedições para a UE (as entradas na UE provenientes do Mundo aumentaram 2,5%) e de 9,0% nas exportações para os Países Terceiros (as exportações da UE para os Países Terceiros cresceram 1,3%) (Quadro 1).

As **expedições portuguesas para a Comunidade** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 81,7% e 80,7% do total das saídas destes produtos para o Mundo¹⁰ (Anexo II). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, Portugal ganhou quota, num contexto de retracção do mercado, em Espanha, para onde se dirigem cerca de 50% destas expedições. Ganhou ainda quota na Bélgica, Países Baixos, Dinamarca, Irlanda e na maioria dos países do alargamento. Registaram-se perdas de quota nas expedições para a França, Alemanha, Itália e Reino Unido (Figura 9).

Figura 9 – Cerâmica, vidro, pedra e cimentos
TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007



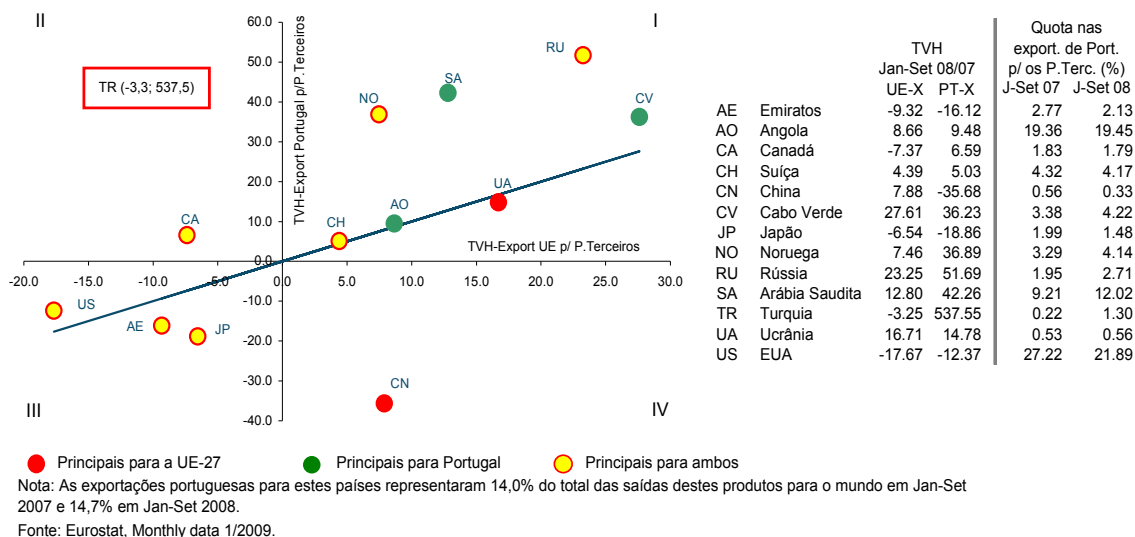
Nota: As expedições portuguesas de Cerâmica e vidro para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 81,7% em Jan-Set 2007 e 80,7% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

¹⁰ As principais expedições incidiram nos produtos cerâmicos (43,3%), seguidos do vidro e suas obras (33,4%) e da pedra, suas obras e cimentos (23,3%).

No âmbito do comércio **extracomunitário**¹¹, Portugal ganhou quota, num contexto de retracção das exportações da UE, nos EUA e no Canadá, e também na Rússia, Arábia Saudita, Noruega, Cabo Verde e, com menor amplitude, em Angola e na Suíça (Figura 10).

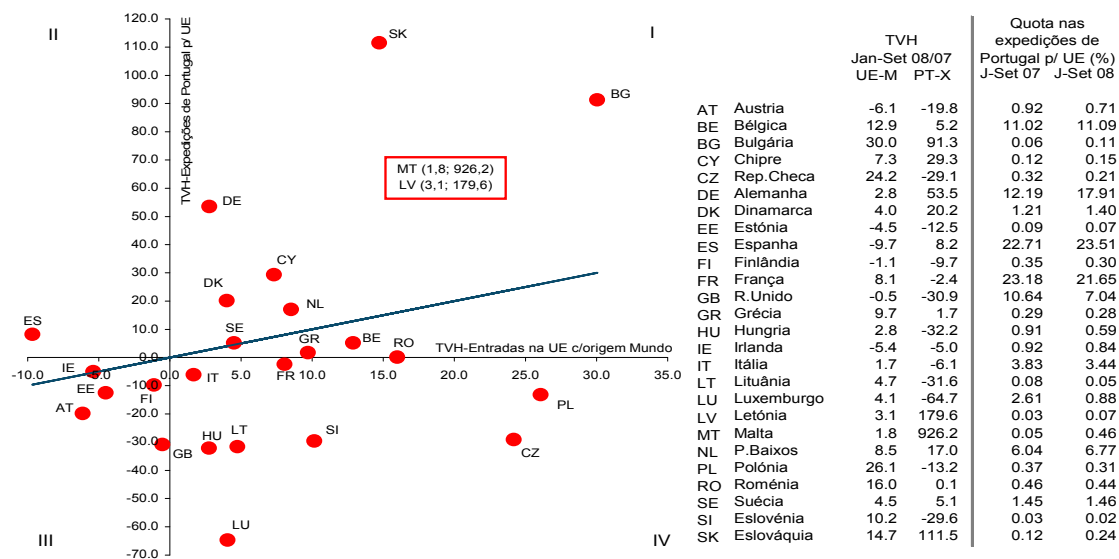
Figura 10 – Cerâmica, vidro, pedra e cimentos
TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



- Outros produtos acabados

Em 2007, o agrupamento “Outros produtos acabados” - onde os aparelhos de óptica, de medida e de precisão têm particular relevância - pesou 1,8% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 1,4% do total das expedições portuguesas para a UE e 3,3% do total das exportações para os Países Terceiros (Anexo I).

Figura 11 – Outros produtos acabados
TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007



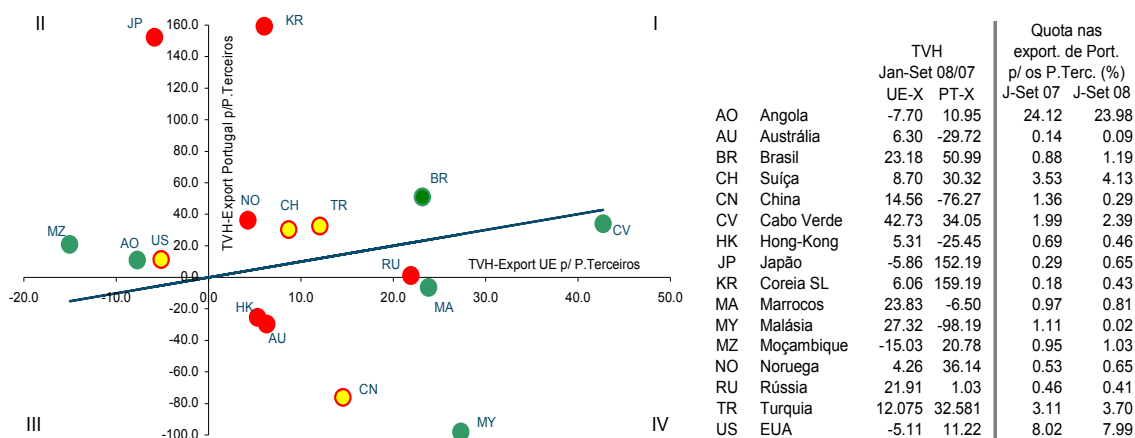
¹¹ As principais exportações em 2007 incidiram nos produtos cerâmicos (51,3%), seguidos da pedra, suas obras e cimentos (37,5%), e do vidro e suas obras (11,2%).

No período de Janeiro a Setembro de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 8,2%, cabendo 5,7% às expedições para a UE (as entradas na UE provenientes do Mundo cresceram 4,2%) e 11,6% às exportações para os Países Terceiros (as exportações da UE para os Países Terceiros aumentaram 5,6%) (Quadro 1).

As expedições portuguesas para o **espaço comunitário** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 57,2% e 55,9% do total das saídas (Anexo II). Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, Portugal ganhou quota de mercado em Espanha, num contexto de retracção deste mercado, e também na Alemanha e nos Países Baixos, entre outros, tendo perdido quota em França, Bélgica e Reino Unido (Figura 11).

No âmbito do comércio **extracomunitário**, as principais exportações tiveram Angola por destino, para onde se dirigiram cerca de 1/4 dos fornecimentos portugueses aos Países Terceiros nos dois períodos. Relativamente àquele país, verificou-se um ganho de troca num contexto de redução das exportações comunitárias, o mesmo sucedendo em relação aos EUA, Moçambique e Japão. Ganhos de quota verificaram-se também na Suíça e na Turquia (Figura 12).

Figura 12 – Outros produtos acabados
TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



● Principais para a UE-27 ● Principais para Portugal ● Principais para ambos
Nota: As exportações portuguesas para estes países representaram 20,7% do total das saídas destes produtos para o mundo em Jan-Set 2007 e 21,3% em Jan-Set 2008.
Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

- Outro material de transporte

Em 2007, o agrupamento “Outro material de transporte”, constituído por embarcações, aeronaves e veículos e material para via-férrea, pesou apenas 0,7% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 0,3% do total do comércio intracomunitário e 2,1% do comércio extracomunitário (Anexo I). No período de Janeiro a Setembro de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 20,3%, com um acréscimo das expedições para a UE de 83,9% e uma quebra de 17,2% nas exportações para os Países Terceiros. Por sua vez, as entradas na UE provenientes do Mundo decresceram 2,6% e as exportações da UE para os Países Terceiros aumentaram 2,1%. Este agrupamento de produtos caracteriza-se por uma grande peso de exportações de carácter pontual.

ANEXO I

Peso dos agrupamentos de produtos no total das saídas portuguesas em 2007

(Espaço Intracomunitário e Extracomunitário)

Agrupamentos	milhões de Euros			% do Total		
	Intra	Extra	Mundo	Intra	Extra	Mundo
Agro-alimentares	2 620	937	3 557	9.1	10.7	9.5
Energéticos	628	1 080	1 708	2.2	12.3	4.5
Químicos e farmacêuticos	3 333	669	4 002	11.6	7.6	10.6
Madeira, cortiça e papel	2 568	691	3 259	8.9	7.9	8.7
Têxteis	1 237	452	1 690	4.3	5.2	4.5
Vestuário	2 430	176	2 606	8.4	2.0	6.9
Peles, couros e calçado	1 328	132	1 461	4.6	1.5	3.9
Minérios e metais	3 520	534	4 055	12.2	6.1	10.8
Máquinas	4 517	2 917	7 434	15.7	33.3	19.8
Veículos automóveis	4 192	317	4 509	14.5	3.6	12.0
Outro material de transporte	93	186	279	0.3	2.1	0.7
Cerâmica e vidro	1 148	264	1 412	4.0	3.0	3.8
Mobiliário	805	121	925	2.8	1.4	2.5
Outros produtos acabados	401	292	693	1.4	3.3	1.8
Total	28 820	8 769	37 589	100.0	100.0	100.0

Fonte: GEE a partir de dados de base do Eurostat - annual data, supplement 2/2008.

ANEXO II

Peso dos agrupamentos de produtos no total das saídas portuguesas no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008

(Espaço Intracomunitário e Extracomunitário)

	Mundo		Intra		Extra		Intra (% Mundo)		Extra (% Mundo)		TVH		
	Jan-Set 2007	Jan-Set 2008	Jan-Set 2007	Jan-Set 2008	Jan-Set 2007	Jan-Set 2008	Jan-Set 2007	Jan-Set 2008	Jan-Set 2007	Jan-Set 2008	Jan-Set 08/07		
											Mundo	Intra	Extra
TOTAL	28 093	29 353	21 639	21 847	6 454	7 506	77.0	74.4	23.0	25.6	4.5	1.0	16.3
Agro-alimentares	2 525	2 921	1 871	2 157	654	765	74.1	73.8	25.9	26.2	15.7	15.3	17.0
Energéticos	1 244	1 843	474	759	770	1 083	38.1	41.2	61.9	58.8	48.2	60.2	40.8
Químicos e farmacêuticos	2 978	3 133	2 482	2 529	496	603	83.3	80.7	16.7	19.3	5.2	1.9	21.6
Madeira, cortiça e papel	2 438	2 454	1 926	1 890	512	565	79.0	77.0	21.0	23.0	0.7	-1.9	10.2
Têxteis	1 255	1 186	910	876	344	309	72.6	73.9	27.4	26.1	-5.5	-3.7	-10.2
Vestuário	1 951	1 818	1 814	1 679	138	139	92.9	92.3	7.1	7.7	-6.8	-7.4	1.0
Peles, couros e calçado	1 148	1 168	1 046	1 061	102	107	91.1	90.8	8.9	9.2	1.7	1.4	4.7
Minérios e metais	3 066	3 260	2 682	2 640	384	620	87.5	81.0	12.5	19.0	6.3	-1.6	61.3
Máquinas	5 580	5 558	3 391	3 266	2 188	2 293	60.8	58.8	39.2	41.2	-0.4	-3.7	4.8
Veículos automóveis	3 443	3 373	3 208	3 021	235	352	93.2	89.6	6.8	10.4	-2.0	-5.8	49.9
Outro material de transporte	215	259	80	147	135	112	37.1	56.7	62.9	43.3	20.3	83.9	-17.2
Cerâmica e vidro	1 059	1 097	865	885	194	211	81.7	80.7	18.3	19.3	3.6	2.4	9.0
Mobiliário	686	736	600	631	85	105	87.5	85.7	12.5	14.3	7.3	5.1	22.9
Outros produtos acabados	506	547	289	306	216	242	57.2	55.9	42.8	44.1	8.2	5.7	11.6

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat - Monthly data, 1/2009.

Balança de Bens e Serviços e Termos de Troca¹

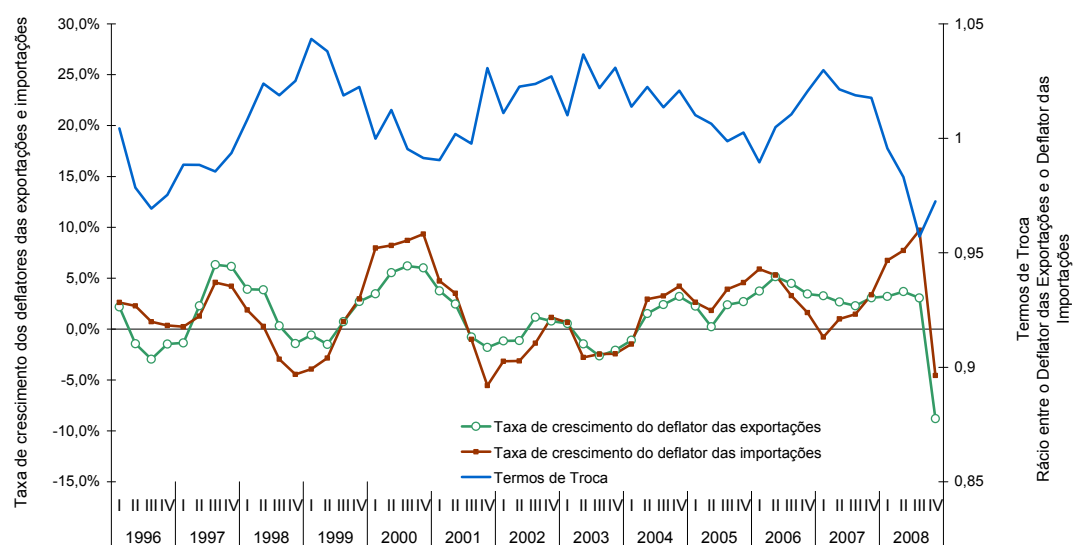
1. Introdução

Nos últimos anos, a grande volatilidade nos preços das matérias-primas tem levado a efeitos termos de troca significativos no saldo da Balança de Bens e Serviços. Neste artigo, analisa-se o impacto da evolução recente dos termos de troca na evolução do saldo da Balança de Bens e Serviços em Portugal, tendo como base as Contas Nacionais Trimestrais do INE. Na secção 2 descrevem-se a evolução recente dos termos de troca e do saldo da Balança de Bens e Serviços. Na secção 3, decompõe-se a variação do saldo nominal da Balança de Bens e Serviços em 4 efeitos (volume, preço, termos de troca e cruzado). Na secção 4 são calculados os ganhos de termos de troca em percentagem do PIB. A secção 5 conclui.

2. Evolução recente dos termos de troca

A Figura 1 descreve a evolução recente dos deflatores das exportações e das importações (em taxas de crescimento) e dos termos de troca, medidos pelo rácio entre o deflator das exportações e o deflator das importações (em níveis). De acordo com a figura, os crescimentos dos deflatores das exportações e das importações tem uma correlação elevada entre si, reflectindo o andamento geral dos preços internacionais. No entanto, o deflator das importações apresenta uma maior volatilidade, o que se explica pela maior sensibilidade às variações dos preços das matérias-primas e dos produtos energéticos. Em particular, ao longo de 2007 e parte de 2008, o rápido aumento dos preços das importações de bens, designadamente dos produtos petrolíferos, traduziu-se numa deterioração acentuada dos termos de troca, que atingiram o mínimo da série no terceiro trimestre de 2008. A relação negativa entre os termos de troca e os preços dos produtos petrolíferos é ilustrada pela Figura 2.

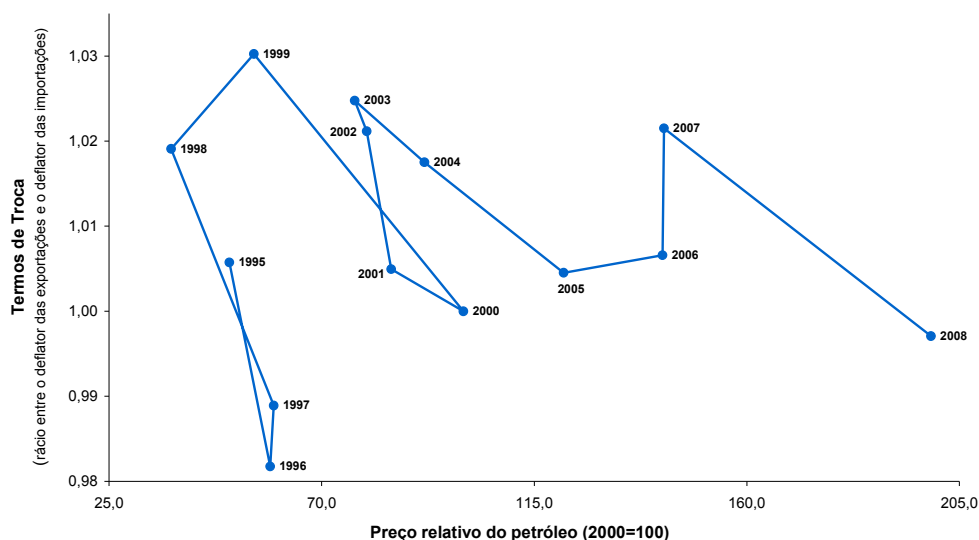
Figura 1. Taxa de crescimento dos deflatores das importações e exportações e termos de troca



Nota: os termos de troca são definidos como o rácio entre o deflator das exportações e o deflator das importações. Um aumento significa melhoria. Fonte: GEE, com base em dados do INE.

¹ Por Susana Salvado.

Figura 2. Termos de troca e preço relativo do petróleo (taxas de crescimento)

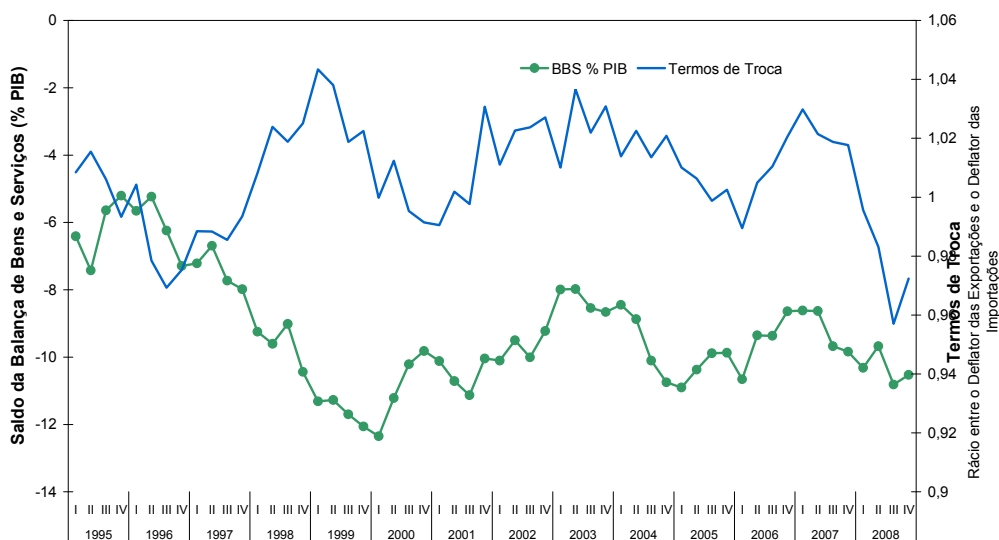


Nota: O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo e o deflator do PIB.
Fonte: GEE, com base em dados do INE e GALP.

A Figura 3 descreve a evolução do saldo da Balança de Bens e Serviços de Portugal em percentagem do PIB. A figura revela se uma deterioração progressiva do saldo da balança entre 1995 e 2000. A partir de 2002, o padrão tem sido de oscilação, sem tendência aparente. No 4º trimestre de 2008, o défice da Balança de Bens e Serviços foi 10,5% do PIB.

A evolução comparada do saldo da Balança de Bens e Serviços e dos termos de troca revela um andamento pouco sincronizado no início da amostra, nomeadamente em 1997-1999, período em que a balança se agravou significativamente, apesar da melhoria continuada dos termos de troca. A partir de 2000, observa-se uma maior sintonia entre a evolução do saldo da balança e a evolução dos termos de troca.

Figura 3. Saldo da Balança de Bens e Serviços e Termos de Troca



Fonte: GEE com base em dados do INE.

3. Decomposição do saldo da balança de bens e serviços

No Quadro 1, a variação do saldo nominal da Balança de Bens e Serviços é decomposta em quatro efeitos: (i) efeito volume; (ii) efeito preço; (iii) efeito termos de troca e (iv) efeito cruzado.

Quadro 1 – Decomposição da variação do saldo da Balança de Bens e Serviços (10⁹ euros)

	Variação nominal			Ef. Preço			Efeito Termos de Troca			Efeito Volume			Efeito Cruzado		
	Exp	Imp	BBS	Exp	Imp	BBS	Exp	Imp	BBS	Exp	Imp	BBS	Exp	Imp	BBS
1996	1,1	2,0	-0,9	0,1	0,1	0,0	-0,3	0,4	-0,7	1,4	1,5	-0,1	0,0	0,0	0,0
1997	2,5	4,0	-1,6	0,8	1,0	-0,2	0,1	-0,1	0,2	1,6	3,1	-1,6	0,1	0,1	0,0
1998	2,9	4,5	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,4	-0,5	1,0	2,4	5,1	-2,7	0,0	-0,1	0,1
1999	1,0	3,2	-2,1	-0,1	-0,1	0,0	0,2	-0,2	0,4	0,9	3,5	-2,6	0,0	0,0	0,0
2000	4,5	6,2	-1,7	2,2	3,0	-0,8	-0,5	0,7	-1,2	2,7	2,3	0,4	0,1	0,2	-0,1
2001	1,0	0,6	0,4	0,2	0,3	-0,1	0,1	-0,1	0,2	0,7	0,4	0,2	0,0	0,0	0,0
2002	0,5	-1,2	1,7	-0,3	-0,4	0,1	0,3	-0,4	0,7	0,5	-0,4	0,9	0,0	0,0	0,0
2003	0,9	-1,3	2,2	-0,6	-0,8	0,2	0,1	-0,1	0,2	1,5	-0,4	1,9	0,0	0,0	0,0
2004	2,2	4,3	-2,2	0,7	0,9	-0,2	-0,1	0,2	-0,3	1,6	3,2	-1,6	0,0	0,1	0,0
2005	1,6	3,6	-1,9	1,1	1,3	-0,3	-0,3	0,3	-0,6	0,8	1,8	-1,0	0,0	0,1	0,0
2006	5,6	5,2	0,4	1,7	2,3	-0,5	0,0	-0,1	0,1	3,7	2,9	0,8	0,2	0,1	0,0
2007	5,1	4,2	0,8	1,0	1,3	-0,3	0,4	-0,5	0,8	3,6	3,4	0,2	0,1	0,0	0,1
2008	1,2	4,9	-3,7	2,1	2,6	-0,5	-0,7	0,8	-1,5	-0,2	1,4	-1,6	0,0	0,1	-0,1

Fonte: GEE com base em dados do INE.

Nota: A decomposição segue a seguinte fórmula. Para cada variável $Z = X, M$:

$$\Delta Z = Z_t^i - Z_{t-1}^i = Z_{t-1}^{i-1} \left[(1 + q^Z)(1 + \pi^Z) - 1 \right] = Z_{t-1}^{i-1} \left[q^Z + \bar{\pi} + (\pi^Z - \bar{\pi}) + \pi^Z q^Z \right],$$

onde Z_x^y representa as exportações ou importações no momento x a preços de y , q^Z representa o efeito volume, $\bar{\pi}$ representa o efeito preço, $(\pi^Z - \bar{\pi})$ representa o efeito termos de troca e $\pi^Z q^Z$ representa o efeito cruzado. A variação do saldo da Balança de Bens e Serviços fica, então: $\Delta B = \Delta X - \Delta M$, com cada um dos termos decomposto nos 4 efeitos.

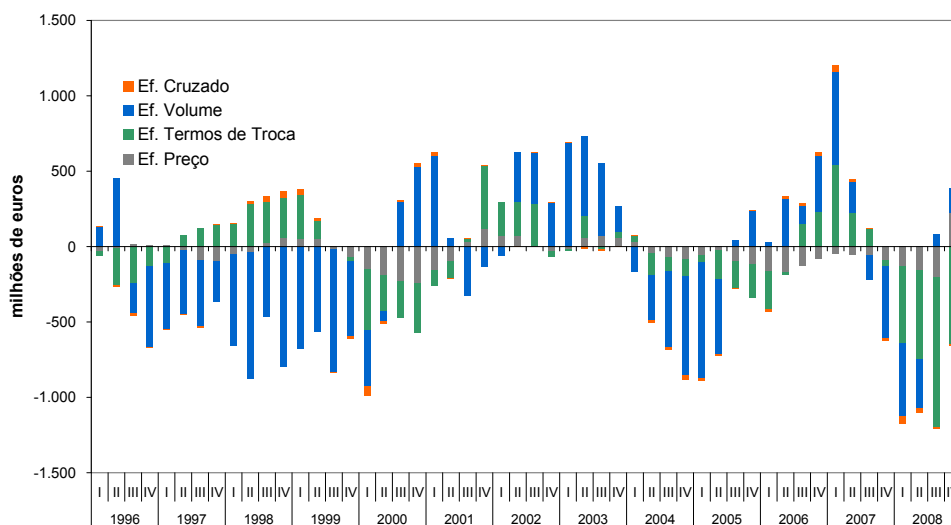
De acordo com o Quadro 1, em 2008, o défice da Balança de Bens e Serviços aumentou em cerca de 3,7 mil milhões de euros, explicado por um aumento das exportações de 1,2 mil milhões de euros e um aumento das importações de 4,9 mil milhões.

Decompondo esta variação nos 4 efeitos acima descritos, observa-se que em 2008 todos os efeitos contribuíram para o agravamento do défice, sendo no entanto mais significativos os efeitos volume e termos de troca. O efeito volume explica 44% (-1,6 mil milhões de euros) da variação do saldo da Balança de Bens e Serviços e o efeito termos de troca explica 41% (-1,5 mil milhões de euros) do mesmo. Considerando o conjunto da amostra, verifica-se que o ano de 2008 foi aquele em que o impacto negativo dos termos de troca foi mais significativo, quer no saldo total, quer nas exportações e nas importações.

A figura 4 mostra a mesma decomposição, mas atendendo à evolução trimestral da Balança de Bens e Serviços. Na Figura 4, vemos que em todos os trimestres de 2008 o efeito termos de troca contribuiu negativamente para a evolução do saldo da Balança de Bens e Serviços. O impacto dos termos de troca na variação do saldo da balança foi máximo no 3º trimestre de 2008, tendo representado -0,6 mil milhões de euros.

No que respeita ao efeito volume, observa-se uma melhoria progressiva ao longo do ano. Nomeadamente, nos terceiros e quarto trimestres de 2008, os efeitos volume resultaram em contributos positivos para a Balança de Bens e Serviços (0,08 e 0,16 mil milhões de euros, respectivamente), embora não suficientes para contrabalançar os efeitos negativos dos termos de troca (-0,9 e -6,5 mil milhões de euros, respectivamente).

Figura 4. Decomposição da variação do saldo da balança de bens e serviços (10³ euros)



Fonte: GEE com base em dados do INE.

4. Cálculo dos ganhos e perdas de termos de troca em % do PIB

O Quadro 2 mede o efeito dos termos de troca na Balança de Bens e Serviços, em percentagem do PIB. No exercício, o saldo da Balança de Bens e Serviços é decomposto em: (i) contrafactual, isto é, aquele que se verificaria se os preços das importações e das exportações tivessem evoluído à mesma taxa; e (ii) ganhos e perdas de termos de troca, que decorrem do facto dos preços das exportações e das importações não evoluírem de forma paralela (detalhes na legenda). De acordo com estes dados, 2008 foi o ano em que Portugal apresentou maior perda por efeito de termos de troca (-0,9% PIB), após ganhos ligeiros nos dois anos anteriores (0,1% em 2006 e 0,5% em 2007).

A Figura 5 descreve a evolução dos ganhos e perdas dos termos de troca em termos trimestrais. Observa-se que o ganho de termos de troca iniciado em meados de 2006, atingiu o seu máximo no primeiro trimestre de 2007 (1,4% PIB) e desde então apresentou uma trajectória descendente, entrando em terreno negativo já no quarto trimestre de 2007. No entanto, é no terceiro trimestre de 2008 que Portugal apresenta a maior perda de termos de troca (-2,4% PIB) desde o início de 1996.

Quadro 2. Ganhos e Perdas dos Termos de Troca (% PIB)

	Saldo efectivo BBS % do PIB (1)	Tx. Cresc Deflatores EXP (2)	IMP (3)	Termos de Troca (4)=(2)-(3)	Média (5)=0,5*[(2)+(3)]	Saldo contrafactual da BBS % do PIB (6)	GTT % do PIB (7)=(1)-(6)
1996	-7,0	-0,9	1,5	-2,4	0,3	-6,2	-0,8
1997	-8,0	3,4	2,6	0,7	3,0	-8,3	0,2
1998	-8,9	1,6	-1,4	3,0	0,1	-9,9	1,0
1999	-10,2	0,3	-0,7	1,1	-0,2	-10,5	0,4
2000	-10,9	5,3	8,5	-3,2	6,9	-9,8	-1,0
2001	-10,0	0,8	0,3	0,5	0,6	-10,2	0,2
2002	-8,3	-0,1	-1,7	1,6	-0,9	-8,8	0,5
2003	-6,6	-1,4	-1,8	0,3	-1,6	-6,7	0,1
2004	-7,8	1,5	2,2	-0,7	1,9	-7,6	-0,2
2005	-8,9	1,9	3,2	-1,3	2,6	-8,4	-0,4
2006	-8,2	4,2	4,0	0,2	4,1	-8,3	0,1
2007	-7,3	2,8	1,3	1,5	2,1	-7,9	0,5
2008	-9,4	2,7	5,3	-2,5	4,0	-8,5	-0,9

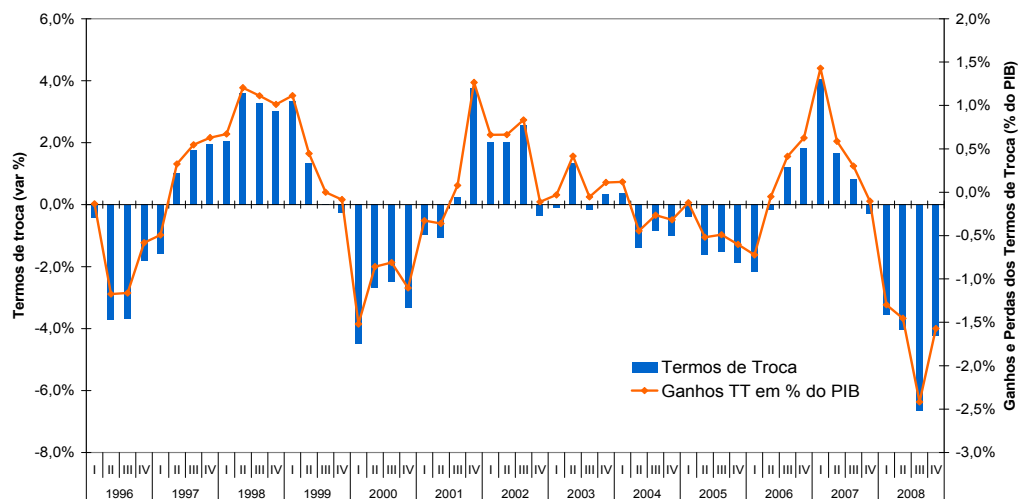
Fonte: GEE com base em dados do INE. Nota: Sendo Z_t^s o valor de $Z=X, M$ no período t a preços do período s , q^Z e π^Z as correspondentes taxas de crescimento em volume e dos preços, $\bar{\pi} = 0,5(\pi^X + \pi^M)$ a taxa de

crescimento média dos deflatores, a decomposição segue: $X_t^t - M_t^t = (X_t^{t-1} - M_t^{t-1})(1 + \bar{\pi}) + GTT$

Usando $X_t^t - M_t^t = X_t^{t-1}(1 + \pi^X) - M_t^{t-1}(1 + \pi^M) = (X_t^{t-1} - M_t^{t-1})(1 + \bar{\pi}) + GTT$

Obtemos $GTT = X_t^{t-1}(\pi^X - \bar{\pi}) - M_t^{t-1}(\pi^M - \bar{\pi})$

Figura 5. Ganhos e Perdas dos Termos de Troca (% do PIB)



Fonte: GEE com base em dados do INE.

5. Conclusões

Em 2008, o saldo da Balança de Bens e Serviços foi fortemente afectado por uma deterioração dos termos de troca, em grande parte motivada pelo aumento brusco dos preços dos produtos energéticos. Os cálculos efectuados sugerem que 2008 terá sido o ano em que o impacto da deterioração dos termos de troca foi maior desde 1996, quer em termos de contributo para a variação do saldo, quer em percentagem do PIB.

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Reunião Conselho ECOFIN	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 10 de Março de 2009 destacam-se os seguintes pontos:
10 de Março de 2009	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de estabilidade e convergência – Aprovação de pareceres do Conselho: No âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, foram aprovadas as Opiniões do Conselho relativas a vinte e um Programas de Estabilidade e de Convergência, incluindo a relativa a Portugal. O objectivo deste exercício é assegurar o bom funcionamento das finanças públicas como meio de fortalecer as condições para estabilidade de preços e o crescimento sustentável, conducente à criação de emprego. • Preparação do Conselho Europeu da Primavera de 19 e 20 de Março <ol style="list-style-type: none"> a) <i>Documento sobre as questões-chave (KIP)</i> – O ECOFIN aprovou o texto final do KIP, de onde se destacam como elementos centrais: (i) actual conjuntura económica; (ii) mercados financeiros: restabelecer o seu funcionamento e prevenir crises futuras; (iii) economia real: favorecer uma retoma sólida e sustentável; (iv) União Económica e Monetária: restaurar a competitividade das economias. b) <i>Mensagens comuns para a Cimeira do G20</i> – O Conselho aprovou os <i>terms of reference (ToR)</i> para a participação da UE na reunião dos Ministros das Finanças e dos Governadores dos Bancos Centrais do G20 a 14 de Março. Os ToR abrangem as seguintes questões: (i) coordenação internacional mais estreita das políticas macroeconómicas, (ii) regulação dos mercados financeiros mundiais baseada numa maior transparência e responsabilização, (iii) cooperação reforçada entre autoridades financeiras a nível internacional, (iv) reforço do papel do FMI e (v) papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na luta contra os efeitos da crise financeira e económica, especialmente em relação às populações mais pobres e mais vulneráveis. Estas questões foram retomadas no Conselho Europeu, tendo em vista a cimeira do G20 que se realizará dia 2 de Abril em Londres. c) <i>Recomendações integradas por país</i> – Os Ministros aprovaram a actualização de 2009 das recomendações integradas por país sobre as suas políticas económicas e de emprego a ser submetida ao Conselho Europeu da Primavera. d) <i>Taxas reduzidas de IVA</i> – Os Ministros chegaram a um acordo político que confere aos estados membros, que assim o entendam, a possibilidade de aplicarem a título permanente taxas reduzidas de IVA a determinados serviços fornecidos localmente. O recurso a determinadas taxas de IVA mais baixas foi uma das acções possíveis identificadas no plano de relançamento da economia europeia aprovado no Conselho Europeu de Dezembro de 2008. Orientadas para serviços locais com grande intensidade do factor trabalho, essas medidas visam fomentar o consumo e a criação de emprego sem distorcer a concorrência entre empresas sediadas em diferentes estados-membros. Relativamente a Portugal, é de salientar a possibilidade que nos foi concedida de continuar a aplicar uma taxa reduzida de IVA às portagens nas pontes rodoviárias sobre o rio Tejo, em Lisboa.

e) *Financiamento internacional no quadro das alterações climáticas* – Foi reafirmada a determinação do Conselho ECOFIN em contribuir para um acordo abrangente e global sobre alterações climáticas, em Copenhaga, que permita atingir o objectivo de limitar o aumento da temperatura global abaixo dos 2º C, e no qual a UE pretende assumir a sua quota-parte na responsabilidade global. Os Ministros consideraram crucial, a este respeito, a promoção de uma estrutura de financiamento adequada, onde assumam especial destaque os fluxos de capital privado, apesar de contar igualmente com financiamento público, que deverá ser norteado por princípios de eficiência, eficácia, equidade, transparência e de boa gestão de finanças públicas. Os países em desenvolvimento deverão comprometer-se a desenvolver acções de mitigação mensuráveis e monitorizáveis, bem como adoptar estratégias de desenvolvimento com emissões reduzidas de carbono até 2012. Foi salientado o papel crucial dos instrumentos baseados no mercado quanto a respostas eficazes e eficientes no custo às alterações climáticas. Neste âmbito, os Ministros apoiaram o desenvolvimento de um mercado de carbono global que ligue os diversos sistemas de comércio de emissões (entre os países da OCDE até 2015, e extensível aos países em desenvolvimento mais avançados até 2020).

- **Outros pontos aprovados**

Redução de encargos administrativos – O Conselho aprovou conclusões sobre a redução de encargos administrativos na UE, salientando o trabalho realizado pela Comissão neste domínio (nomeadamente, a apresentação das primeiras propostas de redução, com um impacto estimado em 30 mil milhões de euros, e o estabelecimento de metas de redução sectoriais nas áreas da fiscalidade e do direito das sociedades), bem como o estabelecimento das metas nacionais por 21 estados-membros, convidando, todavia, a Comissão e os estados-membros a implementarem medidas adicionais concretas de redução dos encargos administrativos desnecessários.

Apoios às famílias com desempregados e pensionistas

Para atenuar o impacto da actual crise económica, o Governo anunciou novas medidas que visam apoiar as famílias afectadas pelo desemprego e os idosos mais carenciados:

- As famílias com desempregados há mais de três meses podem adiar o pagamento de 50% da prestação mensal da casa. Esta moratória pode prolongar-se por dois anos e será concedida aos pedidos realizados até ao final de 2009. Quando o prazo terminar, em 2011, as famílias iniciarão o reembolso dos encargos não pagos naqueles dois anos;
- Para os desempregados que detenham empréstimos de habitação com crédito bonificado é reforçada a bonificação dos juros;
- É criado o Provedor do Crédito, com responsabilidades particulares no crédito à habitação;
- Os alunos dos ensinos básico e secundário beneficiários do abono de família, que tenham um dos pais desempregado há mais de três meses, passam a ter 100% dos apoios, significando apoios como refeições escolares e um maior benefício nos manuais escolares para o próximo ano lectivo;
- Os pensionistas com rendimentos inferiores ao salário mínimo vêm a comparticipação específica, nos medicamentos genéricos, subir de 15% para 30%. A comparticipação passa a ser de 100% nos escalões A e B, que incluem os medicamentos mais usados; no escalão C, passa para 67%; e no escalão D, que abrange poucos medicamentos, passa a ser de 45%.

INICIATIVA

SUMÁRIO

Acordos com Cabo Verde

A visita oficial do Primeiro-Ministro português a Cabo Verde, nos dias 12 a 14 de Março, visou contribuir para o aprofundamento das relações comerciais e de investimento entre o tecido empresarial português e de Cabo Verde.

Neste sentido, foi reforçado o crédito para empresas portuguesas construírem infra-estruturas em Cabo Verde, e criada uma nova linha dedicada a projectos nas áreas das energias solar e eólica e do ambiente. Para este efeito foram assinados os seguintes acordos entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde:

- Memorando de Entendimento para ampliação da Linha de Crédito de Ajuda, financiada pela Caixa Geral de Depósitos e garantida e bonificada pelo Estado português, de 100 milhões de euros para o montante máximo de 200 milhões de euros, de forma a permitir o financiamento de novos projectos de infra-estruturas portuárias;
- Adenda para ampliação do contrato de empréstimo concedido pelo Estado português de 40 milhões para o montante máximo de 100 milhões de euros, destinado a financiar novos projectos de infra-estruturas rodoviárias;
- Memorando de Entendimento para criação de uma linha de crédito no montante de 100 milhões de Euros para financiamento de projectos a desenvolver em Cabo Verde na área das Energias Renováveis, conservação de ambiente e mobilização de água.

Acordos com Angola

No âmbito da visita do Presidente da República angolano a Portugal, em 10 e 11 de Março, foram assinados os seguintes acordos bilaterais que apoiam o desenvolvimento de Angola e o incremento das exportações portuguesas:

- Duas linhas de crédito no valor de 1500 milhões de euros - a duplicação da linha de crédito das exportações nacionais, para mil milhões de euros, e a criação de uma nova de 500 milhões de euros; será ainda criada uma nova linha de crédito na Caixa Geral de Depósitos, no valor de 500 milhões de euros, para financiar projectos de construção de infra-estruturas em Angola com a participação de empresas portuguesas;
- A criação de um banco de investimento entre a CGD e a Sonangol;
- Memorando para o ensino superior que visa a cooperação universitária entre os dois países promovendo a mobilidade de docentes, a formação e a investigação científica.

No ano de 2008, Angola foi o principal destino das exportações de Portugal para fora da União Europeia, tendo sido o quarto cliente mundial, a seguir a Espanha, Alemanha e França.

PME Consolida

O Governo anunciou em 26 de Fevereiro a criação de um novo programa, no valor de 400 milhões de euros, com a finalidade de promover a capitalização e facilitar a reestruturação das PME Portuguesas. O programa tem por base três instrumentos:

- O **Fundo de Fusões e aquisições** recebe a dotação de 175 milhões de euros. O objectivo principal deste instrumento é incentivar o seu redimensionamento. O montante referido será disponibilizado por meio de mecanismos de incentivo a fusões e aquisições, quer em Portugal, quer no estrangeiro;

INICIATIVA

SUMÁRIO

- O **Fundo de Investimento Imobiliário** criado no valor de 100 milhões de euros, permite às PME economicamente viáveis, e que tenham dificuldades financeiras, vender parte dos seus activos imobiliários a este fundo para se financiarem. As empresas podem ficar como arrendatárias dos imóveis vendidos;

- O **Reforço do Capital de Risco** no montante de 125 milhões de euros. Serão disponibilizadas dotações adicionais de 75 milhões de euros para a Inovcapital e 50 milhões de euros para o Fundo de Turismo. Esta medida visa a capitalização das PME nacionais exportadoras e de base tecnológicas, e das empresas do sector do turismo que necessitem de reforço de capitais próprios para expansão da actividade e modernização ou lançamento de novas unidades.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Auxílios de Minimis – Apoios comunitários</i></p> <p>Portaria n.º 184/2009 - I Série n.º 36, de 20/02</p>	<p>Estabelece o valor limite dos auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de minimis, os quais passam a ter um limite de € 500 000 por empresa, durante um período de três exercícios financeiros. O presente regime aplica-se a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2010.</p>
<p><i>Programa para a Mobilidade Eléctrica – Eficiência energética</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2009 - I Série n.º 36, de 20/02</p>	<p>Cria, no âmbito da execução do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, o «Programa para a Mobilidade Eléctrica em Portugal». O Governo pretende criar condições para a massificação do veículo eléctrico, garantindo uma infra-estrutura adequada à evolução do parque de veículos eléctricos e o desenvolvimento de um modelo de serviço que permita a qualquer cidadão ou organização o acesso a toda e qualquer solução de mobilidade eléctrica fornecida por qualquer construtor de veículos eléctricos. Para que estes objectivos sejam alcançados compete ao grupo de trabalho responsável pelo Programa definir os conceitos e modelos de serviço e de negócio para os diferentes intervenientes, definir o enquadramento legal e regulamentar adequado, bem como o desenvolvimento de soluções técnicas para a rede de pontos de carregamento do veículo eléctrico.</p>
<p><i>Biocombustíveis - Energias renováveis</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 49/2009 - I Série n.º 40, de 26/02</p>	<p>Estabelece, no âmbito da Estratégia Nacional para a Energia, mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes rodoviários. Assim, são definidas quotas mínimas de incorporação obrigatória de biocombustíveis em gasóleo, bem como os procedimentos aplicáveis à sua monitorização e controlo. Para este efeito, é criado um sistema de certificação de incorporação de biocombustíveis gerido pela Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), através da abertura de contas electrónicas, nas quais os produtores de biocombustíveis registam as quantidades por si produzidas e os comercializadores de gasóleo as quantidades de biocombustíveis por estes vendidas. A presente portaria entra em vigor a 27 de Fevereiro de 2009.</p>
<p><i>Eficiência Energética nos Edifícios</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 11/2009 - I Série n.º 42, de 2/03</p>	<p>Recomenda ao Governo que diligencie a inclusão no sistema de ensino das técnicas, tecnologias e melhores práticas disponíveis para a obtenção da máxima eficiência energética nos edifícios, incluindo as matérias respeitantes à arquitectura bioclimática.</p>
<p><i>Aproveitamentos Hidroeléctricos – Energias renováveis</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 12/2009 - I Série n.º 42, de 2/03</p>	<p>Recomenda ao Governo a adopção de medidas com vista à promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos, designadamente através da agilização do processo de licenciamento de pequenas centrais hídricas (PCH), da elaboração e divulgação de um mapa nacional das potencialidades de aproveitamentos energéticos a partir de PCH, bem como, do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico.</p>
<p><i>Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE</i></p> <p>Despacho n.º 6599/2009 - II Série Parte C n.º 42, de 2/03</p>	<p>Altera o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento — PROGRIDE, criado pela Portaria n.º 730/2004, de 24 de Junho. A principal alteração efectuada refere-se à execução da medida I do PROGRIDE. Neste âmbito, verificando-se a existência de territórios onde os fenómenos da pobreza e da exclusão social são mais graves e persistentes, justifica-se a manutenção da intervenção permanente e mobilizadora de todos os factores sociais.</p>
<p><i>Reconhecimento de Qualificações Profissionais – Formação profissional</i></p> <p>Lei n.º 9/2009 - I Série n.º 44, de 4/03</p>	<p>Estabelece o regime aplicável ao reconhecimento das qualificações profissionais adquiridas noutro Estado-membro da União Europeia por quem pretenda exercer, em Portugal, uma profissão regulamentada de acordo com a legislação nacional e não abrangida por outro regime específico. Neste âmbito, facilita-se o exercício do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços num conjunto diversificado de actividades, criando um</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Gás Natural – Liberalização do mercado da energia</i>	sistema que permite o reconhecimento de diplomas, certificados e outros títulos, bem como o reconhecimento da experiência profissional em actividades em que se considera qualificação suficiente o respectivo exercício durante um período de tempo razoável e suficientemente recente. Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de Novembro, referente à livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia
Despacho n.º 6973/2009 da ERSE - II Série Parte e n.º 45, de 5/03	Aprova os procedimentos e os prazos a adoptar na gestão do processo de mudança de comercializador de gás natural.
<i>Instalações de Combustíveis – Seguro</i>	Actualiza, para o ano de 2009, e para o montante de € 1 497 381,10, o valor mínimo coberto pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil a deter pelas entidades inspectoras das instalações de combustíveis derivados do petróleo.
Aviso n.º 4878/2009 - II Série Parte c n.º 45, de 5/03	
<i>Gás Natural – Taxas</i>	Actualiza, para o ano civil de 2009, os montantes máximos das taxas, previstas na Portaria n.º 625/2000, de 22 de Agosto, a cobrar pelas entidades inspectoras das redes e ramos de distribuição e instalações de gás.
Despacho n.º 7022/2009 - II Série Parte c n.º 46, de 6/03	
<i>Instalação de Motores Fixos - Licenciamento</i>	Estabelece, no âmbito do Programa Simplex, o regime simplificado a que fica sujeita a instalação de motores fixos. Através da eliminação de controlos prévios e da prevalência do princípio da confiança e da responsabilidade, pretende-se agilizar o processo de licenciamento relativo à instalação de motores de combustão fixos. O presente diploma estabelece um limite para o qual os motores de potência superior a 75 kW e inferior a 560 kW passam de um licenciamento obrigatório a um regime de declaração prévia, podendo os mesmos ser sujeitos, em qualquer altura, a fiscalização pelas entidades competentes. No que respeita aos motores com uma potência igual ou superior a 560 kW, define-se um licenciamento mais adequado ao enquadramento legal vigente, simplificando também o seu processo, passando agora a ser objecto de aprovação de instalação. O licenciamento relativo à instalação dos motores fixos é da competência da direcção regional da economia territorialmente competente (DRE). O presente diploma entra em vigor 8 de Abril de 2009.
Decreto-Lei n.º 61/2009 - I Série n.º 47, de 9/03	
<i>Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)</i>	Altera a Portaria n.º 300/2008, de 17 de Abril, que aprova o regulamento para desenvolvimento das intervenções previstas no âmbito de candidaturas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), o qual tem por objectivo apoiar os trabalhadores que perderam o emprego em resultado de importantes mudanças na estrutura do comércio mundial causadas pela globalização. Para uma adequada operacionalização das candidaturas nacionais ao FEG, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1927/2006, de 20 de Dezembro, mostra-se necessária a revisão da sua regulamentação específica. A presente portaria entra em vigor a 10 de Março de 2009.
Portaria n.º 250/2009 - I Série n.º 47, de 9/03	
<i>Comércio Electrónico</i>	Altera o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de Janeiro, relativo aos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico. O presente diploma vem reforçar os direitos dos consumidores face aos métodos publicitários praticados através do envio de mensagens, designadamente os SMS e MMS, os quais tem vindo a ser utilizados para transmissão de mensagens publicitárias a um custo reduzido. Assim, procede-se à criação, junto da Direcção-Geral do Consumidor (DGC), de uma lista de âmbito nacional onde as pessoas que não querem receber este tipo de publicidade se podem inscrever através do preenchimento de um formulário electrónico disponibilizado na página da DGC, exercendo o seu direito de oposição a este tipo de comunicação. As entidades que procedam ao envio de mensagens para fins de marketing directo são obrigadas a consultar a lista, actualizada trimestralmente pela DGC, pois passa a ser proibido o envio de comunicações publicitárias por via electrónica às pessoas constantes da lista referida. O presente diploma entra em vigor a 9 de Maio de 2009.
Decreto-Lei n.º 62/2009 - I Série n.º 48, de 10/03	
<i>Orçamento Suplementar para 2009 - Iniciativa para o Investimento e o Emprego e o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI 2009)</i>	Altera a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009), e cria o programa orçamental designado por Iniciativa para o Investimento e o Emprego e o regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009). A <u>Iniciativa para o Investimento e o Emprego</u> implementar-se-á através de cinco medidas: - Modernização das escolas; - Promoção das energias renováveis, da eficiência energética e das redes de transporte de energia; - Modernização da infra-estrutura tecnológica - Redes de banda larga de nova geração; - Apoio especial à actividade económica, exportações e pequenas e médias empresas (PME); - Apoio ao emprego e reforço da protecção social. No que à fiscalidade se refere destacam-se como principais medidas: - No Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) o limite mínimo do pagamento especial por conta é reduzido de 1.250 € para 1.000 €. - No Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o montante
Lei n.º 10/2009 - I Série n.º 48, de 10/03	

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	<p>mínimo do crédito a favor do contribuinte, que permite solicitar o reembolso do respectivo imposto antes de decorridos 12 meses, é reduzido de 11.250 € para 3.000 €. No âmbito dos contratos públicos, o Governo fica autorizado a criar um regime de inversão do sujeito passivo relativamente às transmissões de bens e prestações de serviços efectuados ao Estado ou a outras pessoas colectivas de direito público, quando o respectivo valor seja igual ou superior a 5.000 €. Ao nível dos Benefícios Fiscais: - Cria um Regime Fiscal de Apoio ao Investimento realizado em 2009 (RFAI 2009) para determinados sectores de actividade (agrícola, florestal, agro-industrial, energético e turístico, da indústria extractiva ou transformadora, com excepção dos sectores siderúrgico, da construção naval e das fibras sintéticas), e ainda no âmbito das redes de banda larga de nova geração. O RFAI consiste na possibilidade de dedução à colecta de IRC de 20% do investimento relevante, relativamente ao investimento até ao montante de 5.000.000 € e de 10% do investimento relevante, relativamente ao investimento de valor superior a 5.000.000 €. Estabelece-se ainda a isenção de IMI, IMT e Imposto do Selo, por um período de cinco anos, relativamente aos prédios que constituam investimento relevante; - Altera o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento (SIFIDE). A taxa base de dedução à colecta relativa a despesas de I&D do exercício passa de 20% para 32.5% e o limite máximo da parcela do benefício decorrente da aplicação da taxa incremental passa de 750.000 € para 1.500.000 €. Esta alteração é aplicável a despesas realizadas no período de tributação que se inicia a 1 de Janeiro de 2009; - Alarga o regime das Sociedades Gestoras de Participações Sociais - SGPS, a sociedades constituídas noutros Estados-Membros, com sede ou direcção efectiva em território português que tenham por único objecto contratual a gestão de participações sociais de outras sociedades; - Considera, para efeitos de determinação da criação líquida de postos de trabalho, como "jovens" os trabalhadores com idade superior a 16 e inferior a 35 anos, inclusive, e "desempregados de longa duração" os trabalhadores inscritos no centro de emprego há mais de 9 meses. À excepção das alterações ao SIFIDE (acima mencionado), as restantes alterações fiscais previstas na presente lei produzem efeitos a 1 de Janeiro de 2009.</p>
<p><i>Trust Fund - Facilidade de Investimento da Vizinhança (FIV)</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2009 - I Série n.º 49, de 11/03</p>	<p>Autoriza a contribuição de Portugal para o <i>Trust Fund</i> da Facilidade de Investimento da Vizinhança (FIV), no montante total de 1 000 000 de euros. O objectivo essencial do FIV centra-se na mobilização de investimentos em alguns sectores específicos, como a energia, os transportes, o combate a ameaças ambientais e o desenvolvimento do sector privado, sobretudo no que concerne às pequenas e médias empresas.</p>
<p><i>Programa de Estágios Qualificação-Emprego</i> Portaria n.º 262/2009 - I Série n.º 50, de 12/03</p>	<p>Altera a Portaria n.º 131/2009, de 30 de Janeiro, que regulamenta o programa de Estágios Qualificação-Emprego, no que se refere à comparticipação financeira (artigo 15.º). Assim, registam-se as seguintes alterações: - Para as pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos, a bolsa de estágio passa a ser comparticipada em 75 % em vez de 60%; - Para as autarquias locais a comparticipação passa a ser de 75% em vez de 50%; - Esclarece-se que para pessoas colectivas ou singulares de direito privado com fins lucrativos com mais de 250 trabalhadores, inclusive, a comparticipação é de 20 %; - No caso de o estagiário ter mais de 45 anos a bolsa de estágio é comparticipada pelo IEFP, I. P., em 75 %, em vez de 60%. A presente portaria produz efeitos desde 31 de Janeiro de 2009 (data de entrada em vigor do diploma que é agora objecto de alteração).</p>
<p><i>Fundo Social Europeu – FSE no âmbito do QREN 2007-2013</i> Despacho normativo n.º 12/2009 - II Série Parte C n.º 53, de 17/03</p>	<p>Altera o despacho normativo n.º 4 -A/2008, de 24 de Janeiro no que se refere à natureza e aos limites dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FSE. As alterações introduzidas têm por objectivo simplificar alguns aspectos relativos a esta matéria, bem como conseguir uma maior adequação às práticas dos operadores. O presente diploma procede à republicação do despacho acima mencionado e produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.</p>
<p><i>Apoio ao Abate de Veículos</i> Despacho n.º 7718/2009 - II Série Parte C n.º 53, de 17/03</p>	<p>Determina a concessão, no corrente ano, de incentivos não reembolsáveis ao sector do transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, como contrapartida pelo abate de veículos pesados de mercadorias e cancelamento da respectiva matrícula e licença, até ao limite de € 10 000 000. Para serem elegíveis para abate, os veículos devem, à data da candidatura, ter: 10 ou mais anos, contados do ano da primeira matrícula; estar licenciados em nome da empresa candidata aos incentivos há pelo menos três anos; ter inspecção periódica obrigatória válida ou cuja validade tenha terminado, no máximo, há um ano; ser de propriedade plena da empresa candidata ao incentivo. As candidaturas aos incentivos devem ser apresentadas nas direcções regionais de mobilidade e transportes do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) onde se situa a sede social da empresa, no prazo de 30 dias úteis após a data de publicação do presente despacho, em modelos próprios a fornecer por aquelas direcções (também disponíveis no sítio da Internet do IMTT).</p>
<p><i>Código do Trabalho – Rectificação Declaração de Rectificação n.º 21/2009 - I Série n.º 54, de 18/03</i></p>	<p>Rectifica as inexactidões com que foi publicada a Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa Operacional Potencial Humano-POPH 2007-2013</i></p> <p>Despacho n.º 7796/2009 - II Série Parte C n.º 54, de 18/03</p>	<p>Determina que é de 1114 o número máximo de estagiários a recrutar no âmbito da 3.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, o qual se enquadra na tipologia de intervenção n.º 5.2 «Estágios profissionais», do eixo n.º 5 «Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa» do Programa Operacional Potencial Humano.</p>
<p><i>Acções das Sociedades Anónimas - Sociedades Comerciais</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 64/2009 - I Série n.º 56, de 20/03</p>	<p>Estabelece mecanismos extraordinários de diminuição do valor nominal das acções das sociedades anónimas, destinados a viabilizar a realização de operações de capitalização nestas sociedades. É possível, excepcionalmente e mediante adequadas garantias, efectuar a diminuição do valor nominal das acções representativas do capital social daquelas sociedades, ficando estas operações, no caso de sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, dependentes da não oposição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Assim, <u>a assembleia geral de qualquer sociedade anónima pode deliberar a redução do capital social por diminuição do valor nominal das acções</u>, desde que uma importância igual ao montante da redução seja simultaneamente levada a uma reserva especial, sujeita ao mesmo regime do capital social no que respeita às garantias perante os credores. Sob determinadas condições, nas sociedades cujas acções estejam admitidas à negociação em mercado regulamentado pode ser deliberada a diminuição do valor nominal das acções sem redução do capital social. As regras agora estabelecidas são aplicáveis às operações que sejam realizadas até 31 de Dezembro de 2009. O presente diploma entra em vigor a 21 de Março de 2009.</p>
<p><i>Apoio ao Desemprego de Longa Duração – Segurança Social</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 68/2009 - I Série n.º 56, de 20/03</p>	<p>Estabelece medidas de apoio aos desempregados de longa duração, actualizando o regime jurídico de protecção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, previsto no Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro. Assim, estabelece a prorrogação, por mais seis meses, do período do subsídio social de desemprego, que passa a ter uma duração máxima de 18 meses. Esta prorrogação é aplicável aos beneficiários do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente que esgotem o respectivo período de concessão no decurso do ano de 2009 e tem efeitos desde 1 de Janeiro de 2009. O presente diploma entra em vigor a 1 de Abril de 2009.</p>
<p><i>Auxílios de Minimis / Registo Central</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2009 - I Série n.º 56, de 20/03</p>	<p>Cria o <u>registo central de auxílios de minimis</u> (auxílios de reduzido valor que não são susceptíveis de afectar de forma significativa o comércio e a concorrência entre Estados-Membros), o qual passa a conter as informações completas sobre todos os auxílios deste tipo concedidos por qualquer entidade nacional ao abrigo da legislação europeia. Trata-se de uma medida relevante, pois, os Estados-Membros só podem conceder novos auxílios de minimis depois de terem verificado que tal concessão não fará com que o montante total de auxílios de minimis recebido por uma empresa num Estado-Membro durante um período de três exercícios financeiros anuais, ultrapasse o limiar regularmente estabelecido. Cabe ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P. (IFDR) a responsabilidade pelo controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos ao abrigo da regra de minimis.</p>
<p><i>QREN - Medidas de Flexibilização</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 65/2009 - I Série n.º 56, de 20/03</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, e definiu as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013, adoptando agora diversas medidas de flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN orientados para as empresas. As alterações agora introduzidas têm por objectivo <u>ajustar o sistema de incentivos ao actual contexto económico internacional</u>, para que este funcione como estímulo ao investimento e à criação de emprego, em particular nos domínios como a inovação, a internacionalização e a investigação e desenvolvimento. Assim, alarga-se a atribuição de incentivos a investimentos de empresas com impacto relevante no produto, no emprego ou nas exportações, mantendo o apoio a projectos de inovação de produtos ou processos que o actual enquadramento já previa. Paralelamente, aumentam-se as taxas de incentivos às empresas, respeitando os limites comunitários aplicáveis. O conjunto de alterações introduzidas permitirá também que os regulamentos específicos do QREN possam ajustar à actual situação das empresas portuguesas as condições de avaliação do equilíbrio financeiro exigido às que são candidatas aos sistemas de incentivos e, ainda, estabelecer condições mais favoráveis no pagamento por adiantamento dos incentivos aprovados. O presente diploma entra em vigor a 21 de Março de 2009.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	Institute for Supply Management		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM12	Varição Homóloga dos últimos 12 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.